

Relatório de Atividades & Contas



santa casa
misericórdia
maia
60 ANOS
1954
2014



2
0
1
4

Handwritten signature and initials in blue ink.

INDICE

1.	Relatório de Atividades	02
2.	Atividades	04
3.	Agradecimentos	21
4.	Relatório de Gestão	25
5.	Introdução	26
6.	Evolução da Atividade.....	27
7.	Gastos e Rendimentos.....	30
8.	Cômputo Global e Posição Patrimonial	43
10.	Balanço e Demonstração de Resultados.....	48
11.	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	51
12.	Demonstração de Fluxos de Caixa.....	73



Luísa
ae
Luísa
Luísa

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

“Eu sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele o oceano seria menor.”

Madre Teresa de Calcutá

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'ae' and 'Jorge'.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Nos termos dos Artigos 41º, n.º 2 alínea d) e 22º do Compromisso vem a Mesa Regedora, apresentar o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência do ano de 2014, sobre os quais incidiu o Parecer do Definitório ou Conselho Fiscal (conforme Artigos 22º, 30º, n.º 1, 32º, alínea d) e 49º, alínea f) do Compromisso) e a apreciação do Revisor Oficial de Contas, expressa no documento de certificação de legal de contas disponibilizado aos Irmãos.

O Relatório de Atividades que ora se submete à apreciação dos Irmãos não constitui um relato exaustivo das atividades da Instituição; constitui apenas um resumo dos aspetos mais marcantes da evolução da obra e da vida da Santa Casa da Misericórdia da Maia no ano de 2014, procurando evidenciar a forma como foram congregados meios e estratégias no sentido da operacionalização do apoio social prestado pelos vários Estabelecimentos da Instituição, destacando-se complementarmente algumas das realizações destes.

Na verdade, a diversidade dos projetos e atividades que, na concretização de uma estratégia geral e comum, são desenvolvidos ao longo do ano em cada um dos Estabelecimentos da Instituição é apenas devidamente apreendida nos relatórios de atividades de cada um deles, sem prejuízo de algumas poderem ser também conhecidas na página oficial da Instituição na internet (www.misericordiadamaia.com).

A singularidade desta Instituição no que se refere ao número e dispersão geográfica dos seus Estabelecimentos, implantados em nove das atuais dez freguesias do seu concelho, continua a constituir por, um lado, um património imaterial da Instituição, quer pela abrangência dos serviços prestados, quer pela diversidade dos projetos em cada um promovidos, mas também um desafio para a gestão da Misericórdia, seja pela dificuldade em definir modelos de atuação e procedimento com carácter geral mas também com a flexibilidade suficiente para se adaptar às condições de cada local, de cada Estabelecimento e público-alvo, seja pelo acréscimo de despesas que decorre da multiplicidade de equipamentos que é necessário adquirir/reparar ou submeter a manutenção, da quantidade matérias-primas, do número de locais de fornecimento de energia, água, comunicações e dos recursos humanos necessários.

M. Pae
Lopes
S
A

Refira-se a esse propósito que a Instituição tem ao seu serviço mais de trezentos e oitenta Trabalhadores no seu quadro permanente, vinte e três deles com funções de coordenação de estabelecimento, e, para além da Sede, presta serviço a partir de vinte edifícios, dispõe de dezanove cozinhas em funcionamento e tem ao serviço quatro veículos pesados e vinte e nove veículos ligeiros.

Nesta congregação de meios e vontades, a Santa Casa da Misericórdia da Maia enfrentou o ano de 2014 no cenário económico já esperado, que é bem do conhecimento de todos. Tornando-nos inevitavelmente repetitivos, destacaremos o agravamento das dificuldades das famílias (pese embora alguns sinais da retoma económica) e consequente aumento das solicitações de apoio em situações de carência extrema e a diminuição da capacidade dos agregados quer para compartilhar os serviços de que beneficiam quer para recorrer aos serviços de apoio, o decréscimo da taxa de natalidade, o envelhecimento da população e o aumento do grau de dependência da população idosa.

Sem que em 2014 se tivesse registado a criação de novos programas de investimento público a que a Instituição pudesse concorrer, o valor das participações do Estado no âmbito dos Acordos de Cooperação aumentou 1% em 2014 face aos valores de 2013 (exceto quanto à Educação Pré-Escolar, resposta cujos valores de participação mantêm-se inalterados desde o ano letivo 2008/2009), sendo 0,4% para compensar idêntico aumento das contribuições da Instituição, enquanto Entidade Empregadora, para a Segurança Social e 0,5%, a partir de outubro de 2014, para o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

Registe-se ainda três factos ocorridos em 2014, cuja relevância prática para esta (e outras Instituições) o tempo clarificará: a 14 de novembro foi publicada em Diário da República a revisão do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que introduz uma maior clarificação do que constituem os fins principais (não lucrativos) das Instituições e os seus fins instrumentais (lucrativos, desde que os resultados contribuam exclusivamente para prossecução dos fins não lucrativos), uma maior responsabilização e transparência e regras mais claras para concretização da autonomia financeira e orçamental e equilíbrio técnico e financeiro, contribuindo para uma assunção mais clara do Estado como parceiro, que não apenas fiscalizador, das Instituições; em 16 de dezembro de 2014, foi celebrado o habitual protocolo de

mu. 7
ae
Lopes
S
W

cooperação entre o Estado e as Uniões representativas de Misericórdias, IPSS e Mutualidades neste caso com vigência bianual (para 2015 e 2016), agora denominado Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário e Social, que para além de envolver desta vez também os Ministérios da Educação e Ciência e da Saúde (para além de, como habitualmente, o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social) e de definir os valores das comparticipações no âmbito dos Acordos de Cooperação, consagra outras regras e compromissos, em especial o compromisso de estabelecimento da igualdade das crianças, quer frequentam educação pré-escolar nas IPSS ou nos Estabelecimentos públicos, na admissão à frequência do 1º ciclo do ensino básico nos estabelecimentos públicos (pelo qual a Instituição tanto tem lutado ao longo dos anos); a 16 de dezembro de 2014 foi também emitida pela Direção Geral da Segurança Social a Circular de Orientação Técnica n.º 4, que revê as regras, imperativas e supletivas, (vigentes há mais de 16 anos) que as Instituições devem obedecer na fixação dos valores das comparticipações a pagar pelos seus Utentes abrangidos por acordo de cooperação, sob a preocupação de uma definição mais clara do agregado familiar e dos rendimentos e despesas a considerar, bem como de uma maior efetividade na determinação da totalidade dos rendimentos.

Foi nas circunstâncias sumariamente enumeradas que a Instituição procurou e conseguiu, no nosso entender muito satisfatoriamente, cumprir o seu Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2014. Foram, porém, realizadas algumas atividades não previstas e não foi possível concretizar algumas outras, por não terem sido seleccionadas as candidaturas apresentadas, nomeadamente ao *Programa Partis* da Fundação Calouste Gulbenkian, ao *Programa Escolhas 5ª geração*, à 4ª edição do *Prémio Sic Esperança – Rock in Rio Escola Solar* e ao *concurso para financiamento público aos projetos que constituem o Programa de Respostas Integradas (PRI) do Concelho da Maia*, promovido pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (Ex. Instituto da Droga e da Toxicod dependência).

Temos consciência que a obra da Instituição nunca está acabada, mas estamos também certos que em 2014 a atividade desenvolvida constituiu mais do que uma gota no oceano e a Santa Casa da Misericórdia da Maia continuou a ser, como desejava um saudoso Irmão da Misericórdia por ocasião do seu 39º aniversário, "... um farol a apontar os caminhos do futuro evocando os valores do passado: a dignidade, a lealdade, a honradez, a amizade, a bondade, a afectividade e o amor".

Lu
ac
Lopes
ref

ATIVIDADES

O Relatório de Atividades encontra-se estruturado como habitualmente em cinco grandes áreas, a saber:

- Apoio à infância e juventude
- Apoio à terceira idade
- Intervenção Comunitária
- Apoio a cidadãos diminuídos
- Outras atividades/acontecimentos relevantes

Apoio à infância e juventude

Constitui esta a área de atuação da Misericórdia, promovida em maior número de estabelecimentos, que emprega mais Trabalhadores e abrange maior número de utentes em permanência. Abrange a Creche (para crianças desde os 3/4 aos 36 meses de idade), a Educação Pré-Escolar (para crianças dos 36 meses aos 5 anos de idade) e Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL).

Constituindo cada um centro de custo autónomo onde são lançadas as despesas próprias e uma proporção dos custos de utilização de serviços comuns, nomeadamente dos serviços administrativos da Sede, os Estabelecimentos de Creche/Educação Pré-Escolar e ATL têm como receitas as participações dos Utentes, cujo valor é estabelecido em função do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares e as participações pagas no âmbito dos acordos de cooperação com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e também Ministério da Educação e Ciência no caso da Educação Pré-Escolar.

Nesta Misericórdia, a resposta social Creche foi desenvolvida em treze Estabelecimentos, sendo que um deles (Creche Santa Luzia) apenas iniciou atividade no início do ano letivo 2014/2015, a 01 de Setembro de 2014, sendo de resto o único Estabelecimento de apoio à infância da Instituição que não acolhe a Educação Pré-Escolar. Cada Estabelecimento possui três salas de Creche (sala até aquisição de marcha, sala da aquisição de marcha aos 24 meses e sala dos 24 aos 36 meses,

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jae' and 'Lef'.

sendo exceções a Creche de Gondim (apenas com sala dos 24 aos 36 meses), do Centro de Animação de Infância de Vermoim (com mais uma sala dos 24 aos 36 meses) e Creche Santa Luzia (com mais um sala da aquisição de marcha aos 24 meses e mais uma sala dos 24 aos 36 meses). No ano de 2014 e no total destes Estabelecimentos, a Instituição recebeu diariamente uma média mensal de 520 Utentes. Registe-se que o novo quadro legislativo que disciplina a atividade das Creches, publicado em 2011, permitiu um alargamento da capacidade a que não correspondeu um alargamento do número de utentes abrangidos por acordo de cooperação, o que é particularmente visível no caso da Creche Santa Luzia, com acordo para 58 das 70 vagas que constituem a sua capacidade máxima. Embora, desde que respeitado o máximo correspondente ao custo média real do utente, seja livre a fixação do valor da comparticipação familiar a pagar quanto às vagas que, dentro da capacidade do Estabelecimento, não estejam abrangidas por acordo de cooperação, a Instituição tem, por uma questão de igualdade e justiça, aplicado a mesma regra de cálculo, ou seja, baseando-se no rendimento *per capita* do agregado familiar e na tabela de comparticipações.

A resposta social Educação Pré-Escolar foi desenvolvida em doze Estabelecimentos (como referido, a Creche Santa Luzia integra apenas a resposta social Creche), cada um com três salas (exceção feita ao Pré-Escolar de São Pedro de Fins, com 2 salas), não se tendo registado alterações a nível do número de estabelecimentos e salas desta resposta, cuja capacidade condiz em regra com o número de utentes abrangidos por acordo de cooperação (exceção feita ao pré-escolar de Águas Santas II, que continua a funcionar com uma das salas sem acordo de cooperação). Apesar do decréscimo da natalidade e do aumento das dificuldades das famílias, mas sobretudo da expansão da rede pública de educação pré-escolar, a Instituição, embora com maiores dificuldades, conseguiu em regra cumprir o acordo de cooperação, facto ao qual não é alheia a qualidade do serviço, reconhecida pelas famílias, que muitas vezes fazem um esforço no sentido de manter as crianças no Estabelecimento que muitas frequentam desde o berçário (como se sabe, a comparticipação cobrada às famílias pela componente não letiva na rede pública de educação pré-escolar é de valor demasiado reduzido para que qualquer IPSS possa com ele concorrer). A Instituição acolheu em 2014 uma média diária de 771 crianças na Educação Pré-Escolar.

É hoje unanimemente reconhecida a importância dos estabelecimentos de apoio à infância no desenvolvimento harmonioso das crianças, quer a nível de

mu. J. ae
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

desenvolvimento intelectual e formação da personalidade quer a nível da promoção das competências sociais e relacionais e da interiorização de regras de convivência, com expressão legal quer nos objetivos da Creche quer nas orientações curriculares e metas de aprendizagem definidas para a Educação Pré-Escolar. São essas diretrizes que, no desenvolvimento do projeto educativo da Santa Casa da Misericórdia da Maia, cada estabelecimento observa, elaborando cada um o seu projeto pedagógico e plano de atividades adequado às especificidades do seu meio e do grupo de crianças que acolhe. Para além das atividades letivas (que integram a componente pedagógica da Educação Pré-Escolar), dos cuidados de higiene e conforto e fornecimento de refeição e dos momentos de animação e socialização, todos os Estabelecimentos proporcionam atividades extracurriculares de frequência facultativa, tão variadas como, xadrez, língua estrangeira, informática, educação musical, *jujitsu*, *capoeira*, patinagem, entre outras.

Continuou em funcionamento também (no Centro de Animação de Infância de Vermoim) o Centro de Atividades de Tempos Livres com funcionamento clássico e na modalidade de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço, resposta que registou em 2014 uma frequência média diária de 31 crianças.

Como supra referido, neste Relatório não podemos espelhar toda a riqueza da atividade diária dos estabelecimentos, destacando-se pois apenas algumas das atividades e acontecimentos mais relevantes de 2014, quer na vertente lúdica, quer na vertente de fomento nas crianças do sentimento de partilha e solidariedade, quer ainda de promoção da interação com a comunidade e a sensibilização dos pais para problemáticas diversas: a Colónia Balnear, no mês de Julho; a participação nos Projetos de Saúde Escolar promovidos pela Câmara Municipal da Maia (mais uma vez com vários trabalhos premiados); as campanhas de solidariedade, quer com recolha de bens para carenciados quer em prol de outras causas (exemplos: *Dia do Nariz Vermelho*, em prol da Associação com o mesmo nome, *O Dia do Pijama*, em prol da Associação *Mundos de Vida*, o *Pink October*, em associação à Liga Portuguesa contra o Cancro) e as campanhas de recolha de dádivas de sangue; as sessões de sensibilização (por exemplo, sobre a pediculose); as visitas e outros contactos com escolas do 1º Ciclo do ensino Básico, no sentido de permitir às crianças algum conhecimento sobre a realidade que vão encontrar após o termo do seu percurso no Pré-Escolar e facilitar a sua transição; o II Encontro de Marchas populares Infantis, protagonizado pelas crianças do Centro de Animação de Infância de Vermoim e da

Lu.
ae
Lojes
leg

Creche/Pré-Escolar de Milheirós e a II Edição do *Sopa na Praça*, com o serviço gratuito de sopas, na Praça Doutor José Vieira de Carvalho, pelas crianças dos mesmos Estabelecimentos; as viagens de finalistas, as festas de abertura e encerramento de ano letivo, os convívios, vendas e feiras e as celebrações de efemérides como o Dia do Pai e o Dia da Mãe. Registe-se ainda que em 2014 a Creche/Pré-Escolar de Águas Santas I completou 20 anos de serviço.

O desgaste de máquinas, equipamentos e materiais e dos próprios edifícios, decorrente da sua utilização e do decurso dos anos, motivam a necessidade de manutenção, reparação e substituição periódica. Por outro lado, a constante busca da de aumento da qualidade dos serviços e do conforto dos Utentes, bem como a melhoria das condições de trabalho, motiva a beneficiação de uns e outros (em 2014 em menor ou maior medida decorreram em todos os Estabelecimentos) conforme a capacidade financeira da Instituição e o envolvimento dos parceiros, em especial da Câmara Municipal da Maia, proprietária da maior parte dos edifícios. Neste particular, destacaremos apenas algumas intervenções efectuadas a expensas da Instituição: a aquisição de computadores novos para uso nas salas de Pré-Escolar e a colocação de equipamentos de ar condicionado em vários Estabelecimentos; as obras de reparação e remodelação de espaços e aquisição de mobiliário, nomeadamente no Centro de Animação de Infância de Vermoim e Creches/Pré-Escolar da Guarda, Milheirós, Crestins, Catassol, Águas Santas I, Nogueira, São Pedro de Fins e Gondim.

No início do ano letivo 2014/2015, a Instituição iniciou um projeto - piloto, com a colocação de Porteiros em 11 dos 13 estabelecimentos de apoio à infância (9 em regime de Contrato Emprego Inserção + e 2 em regime de Contrato Emprego Inserção), não só conferindo maior segurança e organização no momento da entrada e saída das crianças, mas também libertando mais os outros profissionais para outras tarefas.

APOIO À TERCEIRA IDADE E DEPENDÊNCIA

Se a infância é para o ser humano uma fase de desenvolvimento, de estruturação das capacidades físicas e de progressiva autonomização, a velhice pelo contrário é uma fase da vida em que se regista um declínio, mais lento ou mais rápido, mais ou menos acentuado, das capacidades físicas e intelectuais do ser humano. O desafio da sociedade nesta fase da vida é retardar os efeitos negativos do envelhecimento,

M. J. ae
J. Lopes
S
ex

combater o isolamento e a solidão, preservar o mais possível as capacidades restantes dos idosos e proporcionar-lhes atividades que promovam a ocupação dos seus tempos livres e a valorização das suas aptidões, permitindo-lhes, não obstante as dificuldades económicas de que padecem geralmente, conservar a dignidade inerente à sua qualidade de cidadão. Ao mesmo tempo, a missão das respostas sociais nessa área passa pelo apoio às famílias, seja conferindo-lhes formação para que elas próprias sejam capazes de cuidar dos seus idosos, seja proporcionando-lhes os cuidados especializados quando as famílias não têm efetivamente tempo, as aptidões necessárias, condições habitacionais ou de saúde para o efeito.

O consabido envelhecimento da população portuguesa, o aumento da esperança média de vida (com inerente agravamento da dependência) e das doenças degenerativas como o Alzheimer, Parkinson e demências diversas, tornam mais caro o apoio necessário a cada idoso, esgotando mais recursos e tornando difícil ainda mais difícil responder ao aumento de pedidos de ajuda. Por outro lado, verifica-se também o aumento do número de pessoas que, não sendo ainda idosos, carecem de apoio de serviços tradicionalmente vocacionados para a terceira idade, nomeadamente o Serviço de Apoio Domiciliário.

O Serviço de Apoio Domiciliário é efetivamente um serviço prioritário e resposta privilegiada na luta para retardar a institucionalização do idoso, proporcionado a este (mas também e cada vez mais, como referimos, a pessoas que não são idosas mas são dependentes) a satisfação de necessidades básicas a nível de alimentação, higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupa, animação sociocultural, vigilância através de teleassistência e outras. Esse serviço continuou a ser prestado, sem alterações de relevo, pelo Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, pelo Centro Social de Milheirós (Casa de Milheirós) e pelo Centro Comunitário de Vila Nova da Telha, que no total abrangeram uma média diária de 133 utentes.

A Instituição manteve em funcionamento sete Centros de Dia para Idosos (Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, Guarda, Crestins, Pedrouços, Silva Escura, Santa Maria de Avioso e Casa de Milheirós), que acolheram diariamente de segunda a sexta-feira, em período diurno, uma média de 173 Utentes. Também esta resposta, para além do apoio ao próprio Utente, tem a missão de apoio à família, que pode assumir

ju.
F. ac
Lopes
S
Lef

as suas ocupações profissionais durante o dia sabendo que os seus idosos estão acolhidos em condições de segurança e afetividade, mantendo-os no convívio familiar quando têm já disponibilidade para tanto, ou seja, durante a noite e fins de semana. Refira-se que esta é uma resposta social que, apesar das dificuldades financeiras dos idosos e das suas famílias, registou nalguns locais um acréscimo de procura a que a Instituição ainda não pode corresponder, por ter esgotado a capacidade dos Estabelecimentos.

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos)** funcionou no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, com cinquenta Utentes, trinta deles abrangidos por acordo de cooperação e vinte não abrangidos por acordo de cooperação, e na *Casa de Milheirós*, com 16 Utentes, sendo 14 abrangidos por acordo de cooperação (destes 14, 2 Utentes são indicados pelos Serviços da Segurança Social).

Cada um dos estabelecimentos referidos constitui um centro de custo autónomo onde são lançadas as despesas próprias e uma proporção dos custos de utilização de serviços comuns, designadamente dos serviços administrativos da Sede, tendo como receitas as participações dos Utentes, cujo valor é estabelecido em função do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares (sendo, porém, a mensalidade dos Utentes em Lar não abrangidos por Acordo de Cooperação fixada livremente pela Instituição), as participações da família no caso do Lar de Idosos e as participações pagas no âmbito dos acordos de cooperação com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

As atividades destas respostas sociais funcionam de acordo com o plano de atividades anual de cada Estabelecimento, que incluem atividades específicas desse Estabelecimento, mas também atividades em conjunto com as demais respostas sociais da terceira idade e outras, da Santa Casa da Misericórdia da Maia e de outras Instituições. Os idosos, em especial os residentes em Lar, continuaram a beneficiar de apoio psicológico prestado por Psicólogo da Instituição.

Destacando apenas algumas dessas realizações em 2014, referiremos: as habituais visitas a romarias e ao Santuário de Fátima; as sardinhas de S. João e S. Pedro; os jogos de *Boccia* no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho; o II Encontro de Danças Seniores com a participação de todas as respostas de apoio à terceira idade desta Misericórdia; a participação nas exposições *Natal no Jardim, Jardim nas Carrelas* e

Lu.
Jae
Joaquim
Vaf

Mostra de Espantalhos e na Feira da Artesanato da Maia, a comemoração do Carnaval; os Jogos Inter-Freguesias e os Jogos Desportivos da Maia, organizados pela Câmara Municipal da Maia (com vários prémios atribuídos aos Utentes da Misericórdia); a participação na Festa de Nossa Senhora do Bom Despacho, com o andor de Nossa Senhora da Misericórdia e a Procissão de Velas no encerramento do mês de Maria (no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho); a participação no concurso *Mãos com Vida* promovido pela Misericórdia de Amarante; a participação no *Dia Metropolitano dos Avós*, em Gondomar; diversos rastreios de saúde e sessões de esclarecimento sobre burlas e violência; a atividade denominada *3R – Recordar, Refletir e Reviver*, desenvolvida por 11 jovens no domicílio dos Utentes do Centro de Dia de Silva Escura, que foi a 16ª ideia das 20 seleccionadas (entre 149 a nível nacional) no âmbito da edição de 2013 do *Concurso de Ideias Mundar - Muda o Teu Mundo*, promovido pelo *Programa Escolhas*.

Também os Estabelecimentos de apoio à terceira idade foram objeto de várias, relevantes e onerosas intervenções, no sentido da sua conservação e manutenção e da melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços. Foi promovida igualmente a aquisição de novos equipamentos. Pela sua maior extensão e onerosidade, destacamos apenas algumas no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho: a redecoração da sala de estar (embora não sendo uma intervenção de vulto, a referência justifica-se porque visou especificamente a melhor adaptação e integração espaço-temporal dos Utentes, muitos com patologias degenerativas e do foro psíquico), pintura de paredes e envernizamento dos pavimentos de vários espaços, criação de nova sala de visitas, entre outras.

INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

A crise económica trouxe o agravamento dos fenómenos de pobreza e carência e o aumento dos pedidos de apoio na área que denominamos de intervenção comunitária ou apoio à família e comunidade, abrangendo genericamente o auxílio a nível alimentar, de vestuário, equipamentos para o Lar, apoio à integração social e profissional, apoio psicológico e outros, no sentido de combater fenómenos de empobrecimento e marginalização.

O apoio neste âmbito continuou a ser prosseguido pelo Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro, com apoio alimentar, acompanhamento a consultas, tratamento de

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mu.', 'ae', 'D. Soares', and 'tel'.

roupas e banhos a indivíduos sem residência ou sem retaguarda familiar, que apoiou também a nível ocupacional na sua horta biológica e noutras atividades destinadas a evitar a ocupação do tempo destes em comportamentos anti-sociais, numa ótica de apoio integrado de combate à exclusão. O **Centro de Tempos Livres (CTL)** para crianças e jovens, promoveu o apoio ao estudo, ténis, natação, futsal e outros, na perspetiva da ocupação de tempos livres, assimilação de regras de comportamento e integração social e prevenção e comportamentos desviantes. Estas intervenções são complementadas pelo **Gabinete de Psicologia**, com intervenção juntos dos Utentes dos outros serviços do Centro (isentos de comparticipação por este serviço) e da comunidade. Sob a tutela deste Centro Comunitário, continuou a funcionar a Loja Social **Mundos e Fundos**, através da qual artigos doados são revalorizados e comercializados a preços módicos. Apresentou-se mais uma vez uma equipa à competição de Futsal *Liga para a Inclusão Social*, de que a Instituição é fundadora, em que participam utentes carenciados desta e de outras Instituições, reclusos e outros cidadãos marginalizados.

Prosseguiu a distribuição de refeições no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, durante todos os dias da semana, com o fornecimento de 80 refeições diárias. Funcionando com comparticipação do Centro Distrital de Segurança Social mas sem comparticipação dos beneficiários, a qualidade e quantidade das refeições servidas é reforçada pela Instituição com o recurso a campanhas de angariação de géneros alimentares.

O Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro continua a dispor de salas devidamente apetrechadas para formação, que foram aproveitadas para a realização de acções de formação, sobretudo para Trabalhadores desta Misericórdia, mas também para Utentes idosos do Centro (formação em informática a seniores, nomeadamente) e público externo, neste caso promovidas por outras entidades mediante a disponibilização pelo Centro do espaço e equipamentos.

O Coro *Cor da Voz*, que inclui seniores das respostas sociais da Misericórdia mas também outros elementos da comunidade, continuou o seu trabalho e em 2014, ano da comemoração dos 60 anos de existência da Santa Casa da Misericórdia da Maia, efectuou a gravação de um CD com 12 músicas, que apresentou em concerto na Grande Auditório do Fórum da Maia. Refira-se igualmente a continuação das aulas de dança de salão e a parceria com a Junta de Freguesia Cidade da Maia (cabendo ao



Centro a confeção das refeições) no projeto de apoio ao domicílio denominado "Vamos até si".

Prosseguiram e foram quase concluídas em 2014 as diligências no sentido da instalação, em fracção autónoma cedida pela *Espaço Municipal*, da *Residência Partilhada*, serviço do Centro Comunitário que, para além de proporcionar temporariamente abrigo a um máximo em simultâneo de cinco cidadãos sem residência, terá junto destes uma intervenção muito mais alargada, de acompanhamento social no sentido da sua ocupação, da sua responsabilização, integração e autonomização. Em 2014 terminaram as obras de requalificação e adaptação ao efeito pretendido e definiu-se o mobiliário a adquirir.

Em 2014 este Centro Comunitário assumiu igualmente a gestão do projeto, cuja concretização se iniciou no último trimestre do ano, denominado *As Maiatas*, projeto de criação de uma Cooperativa de solidariedade intergeracional para a prestação de serviços de apoio ao domicílio. O Projeto, destinado a mulheres desempregadas de longa duração com mais de 40 anos, arrancou oficialmente a 27 outubro de 2014, com 17 participantes que iniciaram formação, que prossegue. Este Projeto é desenvolvido com o apoio financeiro da REN-Redes Energéticas Nacionais, no âmbito da Candidatura que a Instituição apresentou ao Prémio Agir, Edição de 2014, que obteve o segundo lugar entre cerca de 130 projetos candidatos. Já em 2015 este projeto foi objecto de reportagem de um canal televisivo nacional.

Para além das campanhas de recolha de alimentos e outros bens promovidas em 2014, o Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro conseguiu a oferta, pela REN-Redes Energéticas Nacionais, de um veículo ligeiro de mercadorias usado, para apoio às suas atividades.

Para além do Serviço de Apoio Domiciliário, já referido, O **Centro Comunitário de Vila Nova da Telha** presta também apoio através do Programa de Emergência Alimentar, diferenciando-se do desenvolvido pelo Centro Comunitário de Vermoim pelo número de refeições diárias (65) e dos dias de disponibilização (segunda a sexta-feira,

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mu', 'ac', 'Jofes', and 'lel'.

dia em que são disponibilizados às famílias os géneros para estas confeccionarem as refeições no fim de semana).

Também neste Centro funcionou o **Gabinete de Psicologia**, nos moldes supra referidos, e o **Clube Sénior**, resposta com filosofia algo diferente do tradicional Centro de Dia porque apenas funciona nalguns dias da semana, proporcionando aos idosos momentos de convívio, ocupação de tempos livres e cultura nalguns dias da semana. Foram também promovidas Atividades de ocupação de Tempos Livres para crianças e jovens, nomeadamente nas férias escolares da Páscoa e no verão. Mais uma vez o Centro, em parceria com a Associação de Atletismo do Porto, promoveu o Torneio de Atletismo em Pavilhão (já na oitava edição).

Em 2014 iniciaram-se neste Centro as atividades do projeto *InterAGIR Sénior*, financiado pelo Prémio BPI SENIORES 2013 (a candidatura obteve menção honrosa), visando a capacitação de idosos mais autónomos (*seniores cuidadores*) para em regime de voluntariado prestarem apoio domiciliário a seniores mais vulneráveis e dependentes (seniores beneficiários). Seleccionados os voluntários, foi-lhes ministrada formação específica e adquirida uma viatura ligeira de passageiros e dois kits com diversos materiais e as atividades foram colocadas em marcha com o acompanhamento e supervisão dos profissionais dos Centros Comunitários.

Sediada no Centro Comunitário de Vila Nova da Telha, mas efetuando também atendimento no Centro Comunitário do Sobreiro (para além do trabalho nas instalações da Segurança Social), a equipa do **Rendimento Social de Inserção**, constituída por quatro Técnicos Superiores (um Assistente social, um Educador Social e dois Psicólogos) e duas Ajudantes de Ação Directa, prosseguiram as atividades de acompanhamento de agregados familiares do Rendimento Social de Inserção, numa média mensal de 250 agregados (o protocolo com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto fixa o número de 240 agregados). A responsabilidade da Instituição, através da equipa consiste no diagnóstico da situação familiar dos agregados, do relatório social dos mesmos, com vista à decisão de atribuição ou não da prestação (decisão da responsabilidade dos Serviços da Segurança Social) e, em caso de

mi.
ae
João
16

atribuição da prestação, a negociação, elaboração e acompanhamento da execução do programa de inserção (conjunto de obrigações a cumprir pelo agregado visando a sua inserção social e de que depende a manutenção da prestação).

Em cada um dos Centros Comunitários de Vila Nova da Telha e de Vermoim/Sobreiro continuou em funcionamento um Gabinete de Inserção Profissional (GIP), que promove a divulgação de informação e o encaminhamento dos candidatos para ofertas de emprego e formação profissional, presta apoio na inserção profissional de jovens e desempregados de longa duração e fomenta o empreendedorismo. Resumindo a atividade global dos dois GIP no ano de 2014, destacamos alguns números: média de 450 cidadãos *trabalhados* por trimestre, sessões de apoio à procura ativa de emprego para 1932 cidadãos, angariação de 122 ofertas de emprego, colocação de 37 cidadãos em ofertas de emprego (com duração de 6 ou mais meses), de 6 cidadãos em estágio emprego e 38 cidadãos em Contrato Emprego Inserção e Inserção +, encaminhamento de 480 candidatos para entrevistas, sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego para 1198 utentes, formação em técnicas de procura ativa de emprego (25 horas) para 7 turmas de 25 cidadãos cada, colocação de 238 cidadãos em formação profissional financiada. Cada um dos GIP tem como recursos humanos um técnico de animação de emprego (licenciado). O GIP de Vila Nova da Telha, apoiado pelos Serviços da Sede, é ainda responsável pela apresentação das candidaturas da Misericórdia a medidas de apoio como os Contratos Emprego Inserção e Inserção, Estágios Profissionais, Estágio Emprego e outros programas no mesmo âmbito.

Os Centros Comunitários constituem, cada um, centros de custos autónomos onde são lançadas as despesas próprias e uma proporção dos custos de utilização de serviços comuns, designadamente dos serviços administrativos da Sede, tendo como receitas as participações dos Utentes, nos casos em que os serviços são comparticipados, e as participações pagas no âmbito dos acordos de cooperação (atípicos) com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Porém, alguns dos serviços referidos, para além do Serviço de Apoio Domiciliário, são abrangidos por protocolo e financiamento específico, distintos daqueles dos Centros Comunitários. Assim, sem qualquer comparticipação dos Utentes, são co-financiados pela Santa Casa da Misericórdia da Maia e outras entidades no âmbito de protocolos específicos os GIP, com Protocolo com Instituto do Emprego e Formação Profissional,

mu.
Joaquim
Joaquim
Joaquim

o Programa de Emergência Alimentar e o Rendimento Social de Inserção, com protocolos com o Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

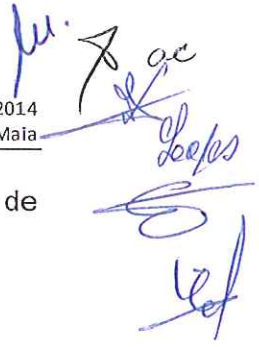
Em Parceria com a Câmara Municipal da Maia e o apoio das Juntas de Freguesia de Pedrouços e Águas Santas, o (Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade, sediado em Pedrouços, prestou **apoio alimentar** (atendimento e encaminhamento das necessidades de apoio alimentar, organização e campanhas de angariação e gestão dos processos do FEAC – Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados e do banco Alimentar Contra a Fome), tendo em novembro de 2014 assumido a gestão dos 105 processos da Junta de Freguesia Cidade da Maia. O apoio alimentar, centralizado no (Re)Criar, apoiou em 2014, através do seu pólo de distribuição e dos pólos dos Centros Comunitários, 884 famílias englobando 2424 pessoas. No (Re)Criar funciona igualmente um **Clube Sénior**, com 23 utentes inscritos e 18 utentes em participação regular em atividades diversas, realizadas 3 dias por semana: ginástica sénior, jogos e dinâmicas pedagógicas, expressão plástica e expressão corporal e atividades de orientação livre. Em 2014 e para além destas atividades, os utentes do Clube Sénior participaram em iniciativas conjuntas com outras respostas sociais desta Misericórdia, realizaram visitas diversas, rastreios de saúde, colónia balnear e comemoração de datas festivas.

Sediado no mesmo local mas com atividades também em Águas Santas na Sede dos Parceiros *Vencedores de Sangemil (Centro de Inclusão Digital CID@NET e CPSE- Centro de Promoção do Sucesso Educativo)* e *Fontineiros da Maia (Centro de Inclusão Digital CID@NET)*, está em curso desde 2013 o projecto *Bué D'Escolhas- e5g*, promovido pela Câmara Municipal da Maia e gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, no âmbito do *Programa Escolhas 5ª Geração*, a que se associaram mais 16 parceiros, entre entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas. Pretendendo potenciar a inclusão social crianças e jovens em situação de particular vulnerabilidade e risco social das Freguesias de Águas Santas e Pedrouços, desenvolve atividades junto de uma média de 80 crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos, em 5 eixos fundamentais: inclusão escolar e educação não formal, formação profissional e empregabilidade, dinamização comunitária e cidadania, inclusão digital e empreendedorismo e capacitação dos jovens. Saliente-se que a intervenção, tendo como destinatários as crianças e jovens, abrange igualmente as famílias, em parceria

com entidades como Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT), uma vez que as problemáticas que afetam os destinatários surgem muitas vezes no seio familiar ou não se resolvem sem uma intervenção integrada que envolva as famílias. Apesar de constrangimentos dos constrangimentos financeiros (o financiamento é efectuado em regime de reembolso, após a apresentação da despesa) e dos derivados das formalidades associadas à execução e registo das atividades, bem como da dificuldade de envolvimento de populações das zonas problemáticas intervencionadas, o projeto, que abrangeu 726 cidadãos até ao final de 2014, registou nesse ano uma taxa de execução de 99% e taxa de execução acumulada de 91%, justificando a todos os títulos a autorização de continuidade no ano de 2015 (a continuidade ou não destes projetos depende de avaliação positiva da Entidade Gestora do Programa Escolhas, aferida anualmente), último ano de duração do projeto. Para além de dois Técnicos com contrato de trabalho, um dos quais coordena, o projeto conta com a colaboração de prestadores de serviços, designadamente para a dinamização do Centro de Inclusão Digital, dinamização comunitária, de sessões de expressão dramática, capoeira e dança.

O Projeto *3R – Recordar, Refletir e Reviver*, anteriormente referido, resultou de uma candidatura da responsabilidade do (Re)Criar/Bué d'Escolhas, que viu também a sua ideia denominada *Chefs de Família (Cabaz __Capaz)* ser considerada uma das trinta melhores, entre 156 a nível nacional, apresentadas à edição de 2014 do *Concurso de Ideias Mundar - Muda o Teu Mundo*, promovido pelo *Programa Escolhas* e assim obter financiamento de 2.500,00 €. Os objectivos são minimizar o desperdício de alimentos recebidos pelas famílias carenciadas e apoiar estas na gestão e rentabilização dos alimentos e na confecção de refeições saudáveis e criativas.

O (Re)Criar é um centro de custo autónomo. É financiado inteiramente pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, com o apoio da Câmara Municipal da Maia e das Juntas de Freguesia de Águas Santas e Pedrouços (não é cobrada participação os Utentes). O Projeto *Bué D'Escolhas- e5g* é co-financiado pela Santa Casa da Misericórdia da Maia e pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Entidade Gestora do Programa Escolhas (não é cobrada participação aos Utentes). Dispõe de um Técnico licenciado da Misericórdia, de três Técnicos e 3



outros Colaboradores cedidos pela Câmara Municipal da Maia (4 deles em regime de Contrato Emprego Inserção).

Para além das referidas atividades de apoio alimentar no âmbito do FEAC e Banco Alimentar, que esta Misericórdia desenvolveu na qualidade de Mediadora, a Instituição (na qualidade de Beneficiária) também recebeu bens alimentares para consumo na Instituição. Mas, a Instituição não colaborou apenas na caracterização e selecção dos agregados, organização dos processos familiares e distribuição dos géneros, intervindo também ativamente, com voluntários e viaturas, nas campanhas de recolha junto dos hipermercados.

Manteve-se a colaboração na Comissão Restrita da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco da Maia (um Técnico) e no Gabinete Local de Atendimento Integrado (GAIL) de Maia Norte (um Técnico, em número de horas semanal acordado). Esta é uma atividade não comparticipada que acresce às funções desses Técnicos na Instituição e que é essencial ao bom funcionamento dessas estruturas.

A cedência temporária de cadeiras de rodas e andarilhos, propriedade da Santa Casa da Misericórdia da Maia ou do *Rotary Club da Maia*, continuou a ser um apoio importante às famílias, evitando a sua oneração com as despesas que decorreriam da aquisição ou aluguer desses equipamentos.

Apoio a Cidadãos Diminuídos

A Misericórdia prosseguiu o transporte de cidadãos portadores de deficiência para os respetivos estabelecimentos de ensino ou centros de acolhimento, disponibilizando viatura, Motorista e Ajudante de Motorista, em parceria com a Câmara Municipal da Maia, que assegura o combustível. Trata-se de um serviço gratuito para os utilizadores, integrado no Centro de Custo Sede, cujas receitas são constituídas pelas participações atribuídas pelo Centro Distrital de Segurança Social do Porto. Em Dezembro de 2013 eram, em média, 18 os Utentes transportados.

mu. 7
ae
D
Lopes
Kef

Outras atividades/acontecimentos relevantes

A 31 de janeiro de 2014, concluiu-se os trabalhos da Empreitada de Construção da Creche Ponte de Moreira (componente infra-estrutura), desenvolvida com o apoio do Instituto da Segurança Social, I.P. no âmbito do 3º Aviso do PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. Seguiu-se a aquisição do equipamento móvel e as diligências necessárias à obtenção da autorização de funcionamento, tendo-se conseguido abrir o Estabelecimento a 01 de Setembro. O acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social foi celebrado a 07 de outubro de 2014, com efeitos a 01 de Setembro. Como havíamos já referido, o acordo de cooperação abrange 58 crianças (número apresentado em candidatura em conformidade com a legislação então em vigor), mas a capacidade, mercê da alteração legislativa de 2011, é de 70 crianças.

O exercício da atividade da Santa Casa da Misericórdia da Maia implica a existência de um variado conjunto de recursos materiais e de produtos diversos, alguns deles já referidos supra, que é necessário adquirir/manter/substituir e nesse sentido é fundamental e prosseguiu a avaliação de fornecedores, a rigorosa negociação e o aproveitamento das oportunidades que se deparem à Instituição. Refira-se, para além do já mencionado, a aquisição de duas outras viaturas usadas de passageiros (9 lugares), que tornam mais fácil a organização dos transportes, sobretudo quando as viaturas da Instituição, sujeitas a imenso desgaste, sofrem avarias e paralisação. No âmbito dos recursos materiais ainda, refira-se a doação recebida da Câmara Municipal da Maia do denominado *Palacete do Lage*, subordinada à afetação a equipamento social no prazo de 5 anos e a deixa testamentária de saudosa Utente da Instituição de um prédio de habitação, que foi reabilitado pela Misericórdia e será destinado ao arrendamento.

Apesar de não dispor de um departamento específico para o efeito, pelo que apresentação de candidaturas é uma tarefa que acresce às dos profissionais que têm a seu cargo a tarefa principal de dar cumprimento ao Plano de Atividades do Estabelecimento onde trabalham, a Misericórdia não deixou de procurar novos

mu. p
ge
de
de
le

projetos e candidatou diversos projetos a financiamento (mencionámos alguns exemplos de candidaturas a nível da Instituição no seu todo, como o *Prémio Agir da Ren*, mas várias outras foram apresentadas e nalguns casos admitidas, nomeadamente a nível de estabelecimento e restritas ao estabelecimento candidato ou a um grupo dos seus Utentes).

Procurando sempre responder à necessidade de atuação sob uma matriz comum, sem prejuízo das diferenças, tendo em conta a referida diversidade de equipamentos e coordenadores continuaram a ser promovidas muito regularmente reuniões gerais (de todos os estabelecimentos) e setoriais (conforme a área de atuação) da Provedoria com os Coordenadores e entre estes, no sentido da realização de atividades conjuntas e de melhorar procedimentos uniformes existentes ou adotar novos procedimentos, tendo merecido particular atenção a avaliação dos projetos educativos na área do Pré-Escolar e a avaliação das crianças de acordo com as regras existentes e em face das metas de aprendizagem, tendo em conta a crescente exigência que a evolução da sociedade exige neste particular.

As parcerias institucionais continuaram a ser uma aposta da Santa Casa da Misericórdia da Maia. Para além de proporcionarem a partilha de recursos e o apoio, seja através de recursos humanos, materiais e equipamentos ou apoios financeiros, ao desenvolvimento da atividade da Misericórdia, permitem uma maior eficácia da sua atuação e da atuação dos parceiros, quer pelo alargamento do público alvo quer pela partilha de responsabilidades segundo o domínio de especialização de cada um deles.

Para além das parcerias formais e regulares, com o Instituto de Segurança Social, I.P./Centro Distrital de Segurança Social do Porto e Ministério da Educação e das entidades da Administração Local, destacamos a parceria com o IEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional, Escolas, Universidades e Centros de Formação, centradas sobretudo na promoção da formação e apoio à integração de estudantes e desempregados e na investigação.

Assim, terminaram em 2014 quatro Estágios Profissionais e iniciaram-se outros quatro que terminarão em 2015.

mu.
7
Bre
S. Gomes
Alf

Terminaram igualmente 16 Contratos Emprego Inserção + (para desempregados a receber rendimento social de inserção) e iniciaram-se 23 Contratos Emprego Inserção + e 6 Contratos Emprego Inserção.

Em 2014, a Santa Casa da Misericórdia da Maia acolheu 55 pessoas em estágios curriculares e formação em contexto de trabalho, provenientes de 20 Instituições de ensino e formação e acolheu (para além dos já referidos a propósito do Projeto *Interagir*) 12 voluntários regulares. Por solicitação de tribunais, recebeu 2.063 horas de trabalho a favor da comunidade.

Não tendo havido em 2014 a possibilidade de aumentos de remunerações (para além das decorrentes da progressão na carreira), no âmbito da valorização dos recursos humanos foram proporcionadas em horário de trabalho cerca de 6.958 horas de formação a 261 Trabalhadores desta Misericórdia e foram concedidas transferências de local de trabalho e reclassificações para categoria superior a pedido do Trabalhador, quando possível (nomeadamente pela criação de postos de trabalho com a abertura da Creche Santa Luzia) e os Trabalhadores detinham habilitações e aptidões para o efeito.

A Misericórdia da Maia participou como habitualmente na Feira de Artesanato da Maia e promoveu a exposição *Natal No Jardim* e a *Mostra de Espantalhos*.

Em 2014 a Misericórdia entregou a Bolsa de Estudo Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, no montante de 1.000,00 € e ainda 4 Bolsas ou Menções Honrosas no montante de 300,00 € cada, homenageando na mesma data 2 Funcionários que nesse ano completaram vinte anos ao serviço da Instituição.

Em 2014 a Santa Casa da Misericórdia da Maia completou 60 anos no seu percurso de solidariedade e amor ao próximo. Para assinalar esse marco na sua história, a Instituição realizou algumas iniciativas simbólicas, entre as quais se destaca a já referida edição do CD do Coro *Cor da Voz, a 1 Caminhada Solidária*, que juntou em percurso por alguns arruamentos do Centro da Cidade e numa aula de zumba na Praça do Doutor José Vieira de Carvalho mais de 2.000 pessoas e, por ocasião da Assembleia Geral para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento, a homenagem aos 13 Irmãos que nesse ano completaram 50 ou mais anos de filiação na Irmandade.

Handwritten signatures in blue ink, including names like "Lu. J", "A. C.", "S. Lopes", and "V. J.".

AGRADECIMENTOS

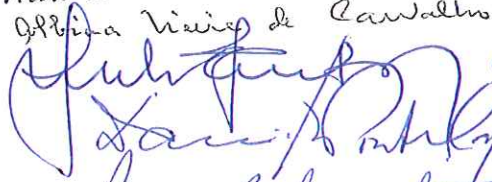
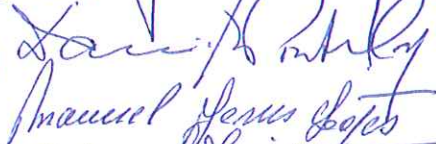

O Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social define estas como "... pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efectivação dos direitos sociais dos cidadãos".

A expressão organizada do dever moral de justiça e solidariedade é prosseguida não apenas através da congregação e conjugação de meios e recursos, humanos e materiais, do apoio financeiro do Estado que permita o acesso aos serviços independentemente da condição económica, mas também do fomento do trabalho voluntário e do espírito de entreatajuda e caridade que as Instituições consigam promover, seja para apoio às atividades desenvolvidas por elas próprias, seja diretamente em prol do próximo. Congregar esses esforços de cidadãos e empresas é também papel das Instituições e Obra de Misericórdia. Demonstrar a gratidão e o reconhecimento por esse apoio é na Santa Casa da Misericórdia da Maia um ato natural antes de uma obrigação moral.

Não deixaremos pois de agradecer, sem distinção porque todos os apoios são valorizados e importantes, aos parceiros, de longa data ou recentes, que nos apoiaram nas nossas atividades ou solicitaram o nosso apoio, proporcionando-nos sempre aprendizagens e a oportunidade de desempenhar a nossa missão; às empresas e particulares que nos apoiaram com ofertas, voluntariado ou o mero reconhecimento da Obra feita; aos representantes e Trabalhadores das entidades com quem a Instituição se relacionou e que, ainda que no exercício de funções de fiscalização ou controlo, em geral corresponderam com disponibilidade e colaboração; aos Irmãos que apoiaram a Santa Casa da Misericórdia da Maia, seja financeiramente, seja através do

Voluntariado no exercício de cargos nos Corpos Sociais e não só, seja ainda na participação na vida associativa e na defesa do bom nome da Instituição e finalmente aos Trabalhadores e Prestadores de Serviços que, mesmo que sob o peso dos seus problemas pessoais, familiares ou económicos, excederam a mera responsabilidade profissional e não deixaram de oferecer aos que mais precisam a dedicação, o carinho e o sorriso.

Em reconhecimento, a todos deixamos o nosso sentido agradecimento.

Manoel de Almeida Almeida, Roberto
Albino Vieira de Carvalho


Manoel Jesus Gomes
Manoel José Monteiro de Saute
Luís Carlos de Oliveira




Lu. f. ac
[Signature]
[Signature]
[Signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO

mu.
Boa
de
de
de

INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia da Maia é uma Instituição com raízes profundas no concelho da Maia, apresentando uma situação equilibrada e coesa. Considerando a difícil conjuntura económica e social que Portugal tem vivido nos últimos anos, com os pedidos de apoio e casos de emergência social a aumentar, com os rendimentos das famílias e utentes a diminuir (quer pela diminuição do rendimento real, quer pelo elevado nível de desemprego), a SCMM tem vindo a ter necessidade de reforçar a sua atuação junto da população no sentido de dar resposta às necessidades das famílias no âmbito do seu objeto social.

Por outro lado, a contrapartida dos rendimentos resultantes da sua ação não tem vindo a acompanhar ao mesmo ritmo, muito devido às dificuldades enunciadas aqui, tendo como consequência imediata uma diminuição dos resultados.

Outro ponto a salientar é o facto de se terem iniciado recentemente as valências do Lar de Milheirós e do Infantário de Santa Luzia (Ponte de Moreira) cujos gastos relacionados com as obras nos edifícios, bem como o investimento para o arranque da atividade tem necessariamente impacto nos resultados da Misericórdia, sendo algo que tenderá a esbater-se ao longo do tempo.

Não sendo uma instituição para obter lucros, a SCMM procura no entanto alcançar resultados equilibrados para garantir a sustentabilidade da instituição, algo que tem acontecido ao longo dos anos, não podendo, no entanto, ignorar o facto de existir um essencial apoio da Segurança Social para que tal aconteça.

Nas próximas páginas procura-se, de forma sucinta e objetiva, ilustrar a evolução da situação económica, financeira e patrimonial da Santa Casa da Misericórdia da Maia.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

1- EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Durante o ano de 2014 observa-se uma continuidade no crescimento da atividade da Santa Casa, mensurado pelo nível de rendimentos. O exercício em análise revela um aumento de quase 5% face a 2013, consequência de um aumento efetivo e real da ação da Misericórdia, quer pelo reforço das atividades, quer pelo surgimento de novas valências nos últimos tempos, como é o caso do Lar de Milheirós e a Creche de Santa Luzia.



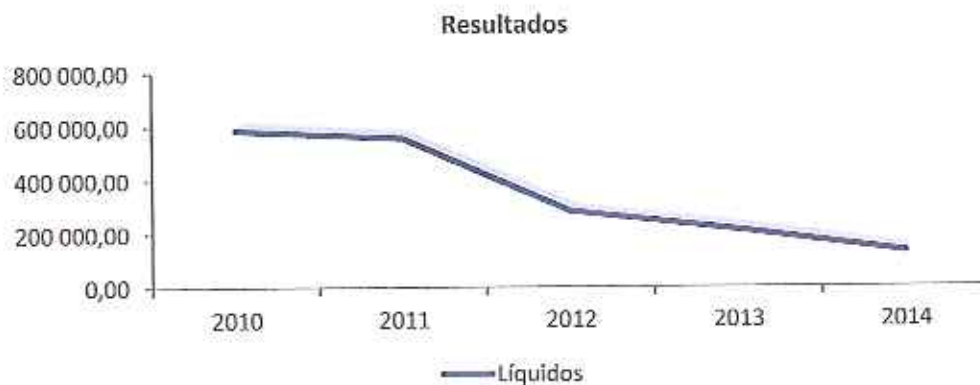
O ano de 2014 é assim o terceiro ano consecutivo com um crescimento do total dos rendimentos, reforçando a ideia de um crescimento coerente após o forte impacto do início da *crise* em 2011 que se caracterizou por diversos cortes na despesa pública. Recorrendo a candidaturas a projetos com financiamento tem sido uma das formas de mitigar algum défice no apoio público que a SCMM possa sentir.

M.
7 de
de
de
de

Por outro lado, se é verdade que a evolução da atividade pode ser tida em consideração por uma análise dos rendimentos, também é um facto que esse aumento acarreta consigo um aumento dos gastos inerentes ao desenvolvimento da atividade da SCMM.

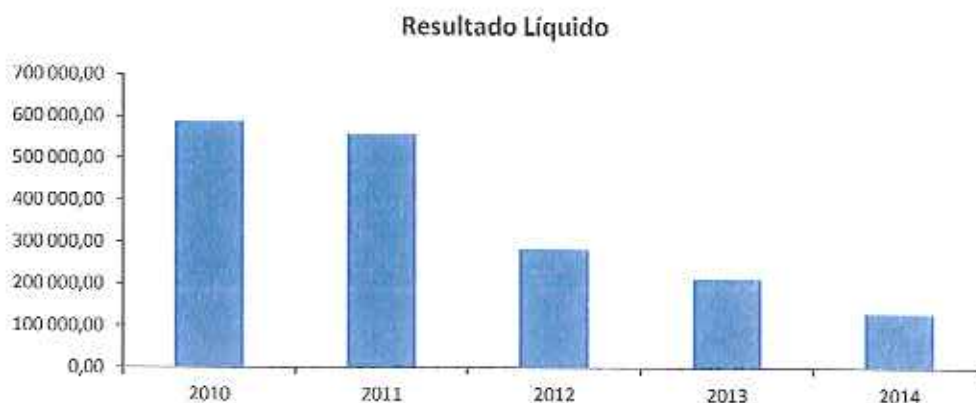


Como se pode observar no gráfico anterior, as rubricas de gastos têm também observado um acompanhamento da evolução de crescimento, sendo que tem demonstrado um crescimento mais do que proporcional ao desenvolvimento dos rendimentos, tendo como maior consequência a diminuição do resultado bruto, como facilmente se observa na figura seguinte.

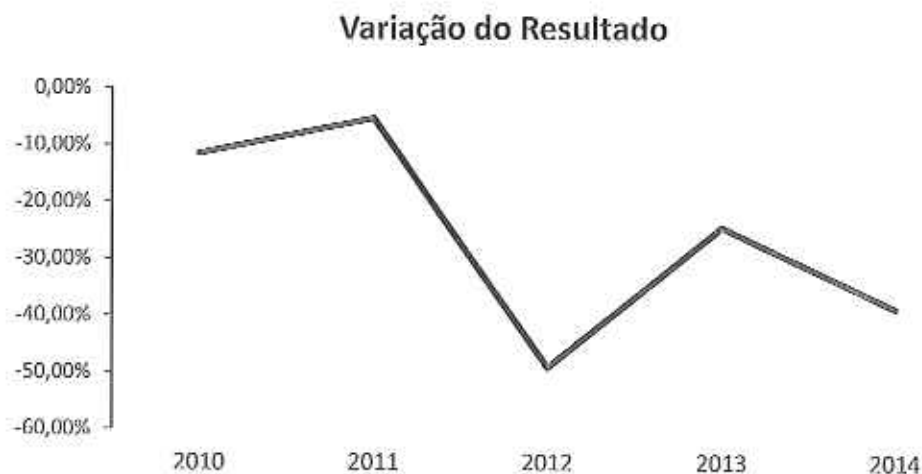


M. 7 al
[Handwritten signatures]

Assim, o exercício económico de 2014 concluiu-se com um resultado líquido positivo de **131.197,61 euros** (cento e trinta e um mil cento e noventa e sete euros e sessenta e um cêntimos).



A diminuição do resultado bruto que se tem observado ao longo dos últimos anos é a consequência mais visível do impacto que a crise económica e social, que se tem vivido em Portugal, tem tido no quotidiano da SCMM. Embora apresente uma tendência de redução, a variação do resultado tem-se apresentado algo volátil. Tal como tem sido ao longo do tempo, o equilíbrio entre gastos e rendimentos será sempre motivo de atenção para que se consiga manter o equilíbrio necessário.



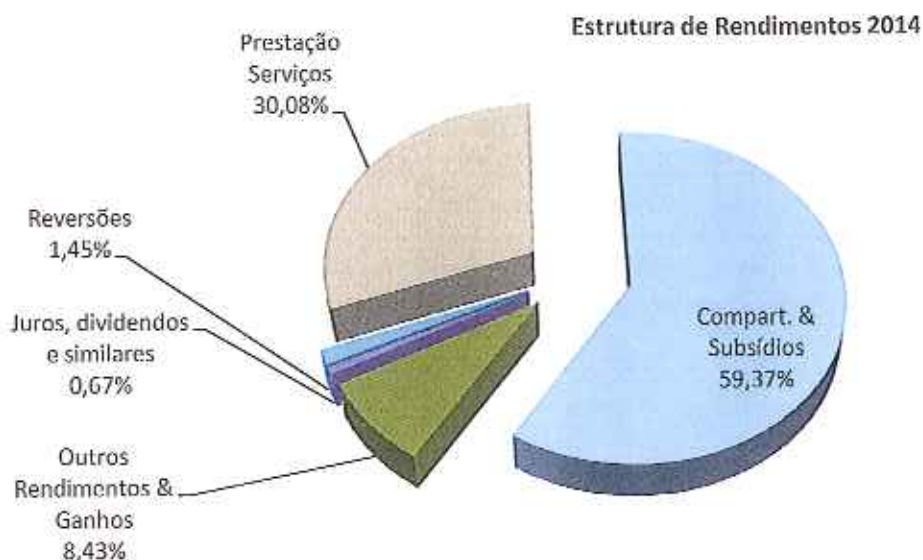
Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mu', 'J ac', 'de', 'de', and 'uf'.

GASTOS E RENDIMENTOS

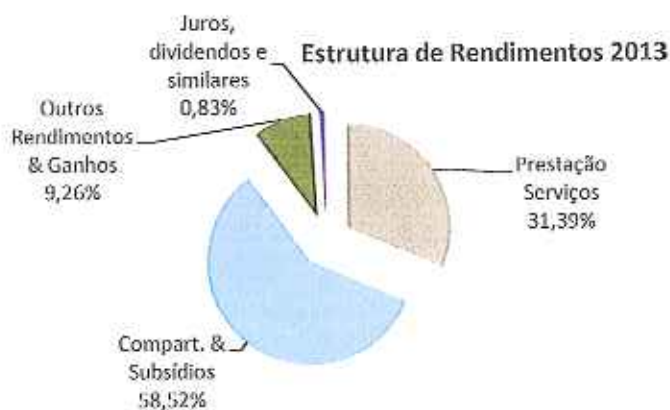
M. G. C.
S. Lopes

OS RENDIMENTOS

As origens de rendimentos da SCMM têm-se mantido de forma muito estável quanto à sua estrutura. A principal rubrica de proventos, a de participações e subsídios, onde se encontram os apoios e financiamentos públicos como são exemplo a Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) ou a Câmara Municipal, apresentou em 2014 um ligeiro reforço da sua importância. Esse mesmo comportamento foi observado pela componente de Prestação de Serviços, representativa dos rendimentos provenientes das mensalidades dos utentes.



As duas rubricas mencionadas representam uma esmagadora maioria dos ganhos da instituição, sendo cerca de 90% do total. Surgem depois os outros rendimentos e ganhos que veremos mais à frente a sua composição. Em 2014 surge ainda a reversão de uma provisão que contribui 1,5% para o total dos rendimentos.

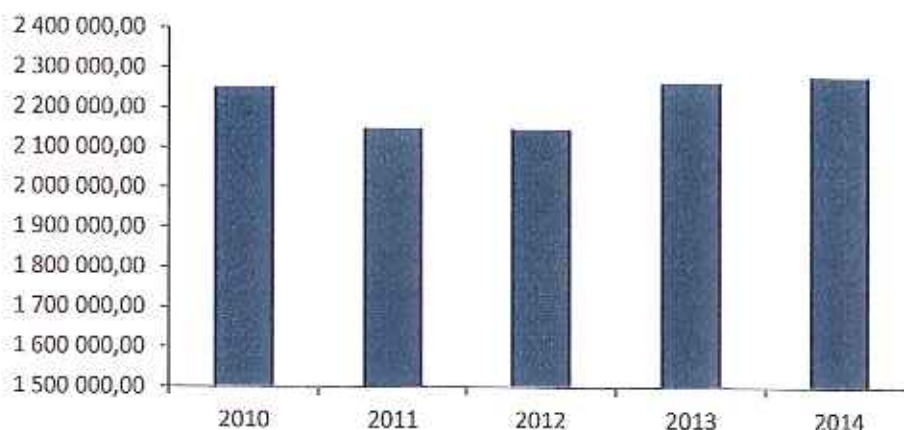


Handwritten notes and signatures in blue ink:
 lu.
 J. ae
 J. ae
 J. ae
 J. ae

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Sendo a componente que por natureza mais se associa à atividade operacional da SCMM, e depois de uma diminuição verificada em 2011 e 2012, observa pelo segundo ano consecutivo um crescimento, tendo em 2014 efetivado um aumento inferior a 1% face a 2013. Este desenvolvimento ligeiro explica-se pelo aumento de utentes mas que tem como movimento inverso a diminuição dos rendimentos das famílias que acabam por resultar em mensalidades menores quando comparado com anos anteriores (e se não de um ponto de vista nominal, tal o será de um ponto de vista do rendimento real).

Prestação de Serviços



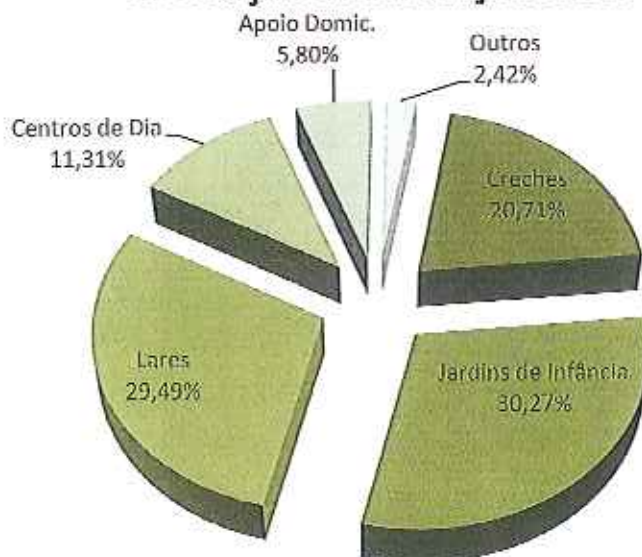
O crescimento está bastante associado ao crescimento da atividade da terceira idade, pese embora em 2014 também se tenha verificado um aumento superior a 1% na valência Creche. O quadro seguinte ilustra a composição desta rubrica e sua evolução face a 2013.

	2013	2014	Var.
Creches	465 663,10	471 759,97	1,31%
Jardim de infância	715 990,31	689 588,87	-3,69%
Visitas de estudo	56,55	0,00	-100,00%
Atividades tempos livres	37 803,65	32 663,75	-13,60%
Lares	643 150,71	671 743,32	4,45%
Centro dia	255 278,92	257 587,79	0,90%
Apoio domiciliário	124 016,09	132 194,13	6,59%
Apoio domiciliário integrado	4 991,89	0,00	-100,00%
Outros	17 770,94	22 486,61	26,54%
	2 264 722,16	2 278 024,44	

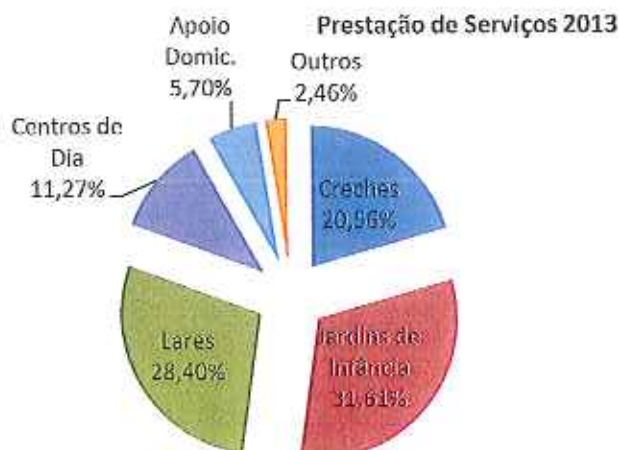
Handwritten signatures and initials:
mu
7 ae
Lopes
uf

Quanto ao peso relativo que cada uma destas componentes representa dentro da rubrica de Prestação de serviços, é de referir que a estrutura também se tem mantido bastante estável ao longo dos últimos anos. Continua a salientar-se a vertente da infância, cujas mensalidades representam metade do valor total das prestações de serviços. Seguem-se depois os ganhos provenientes dos utentes de Lar, sendo que o número de utentes é significativamente menor quando comparado com o número de crianças a frequentar as creches e infantários da SCMM.

Prestação de Serviços 2014



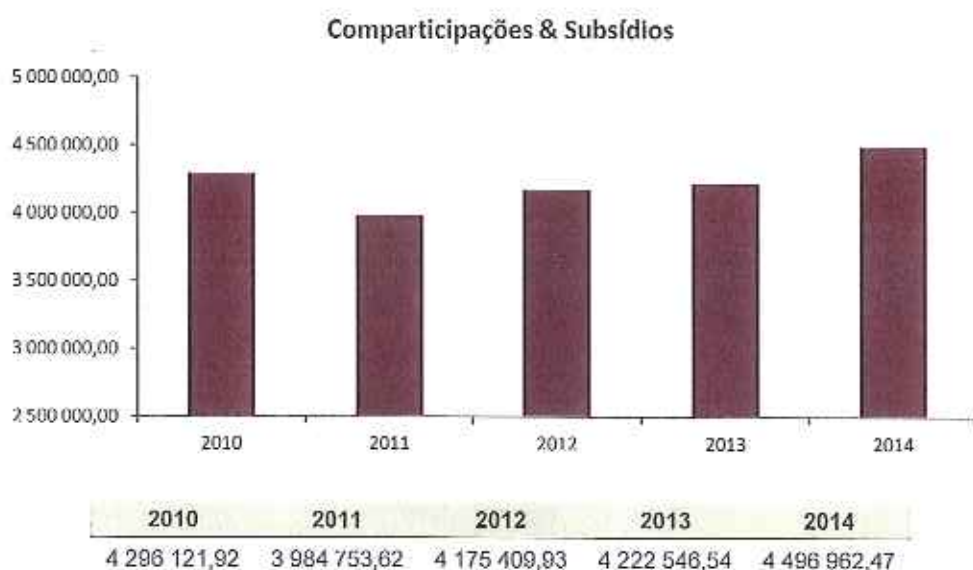
Relativamente a 2013, verifica-se um ligeiro reforço do peso relativo da vertente da terceira idade por contrapartida da infância. Ainda assim a estrutura é em tudo semelhante.



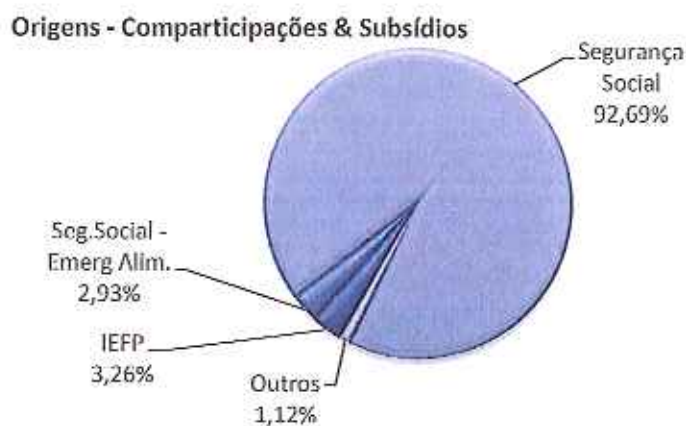
Handwritten signatures and initials in blue ink.

COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS

Constituindo-se como a principal fonte de rendimentos da SCMM, esta rubrica tem mantido o primeiro lugar ao longo dos tempos, tendo uma importância muito significativa na atividade da Misericórdia. É nesta rubrica que constam os apoios recebidos da Segurança Social (protocolos de participações para infância e terceira idade) que são essenciais para a existência de grande parte das valências da Instituição. Pelo terceiro ano consecutivo observou um crescimento, acompanhando a evolução positiva da atividade.



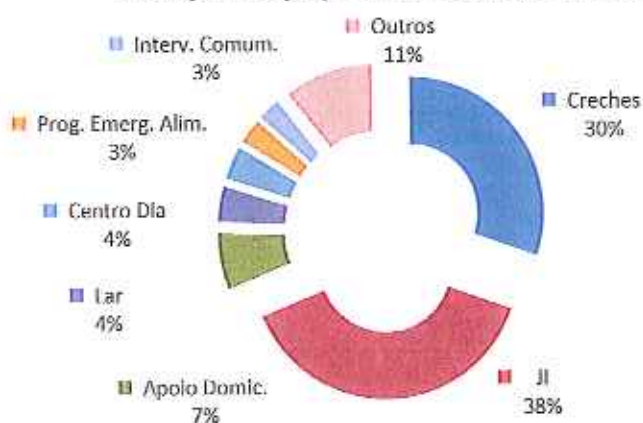
No gráfico seguinte pode-se observar a origem dos apoios aqui contabilizados:



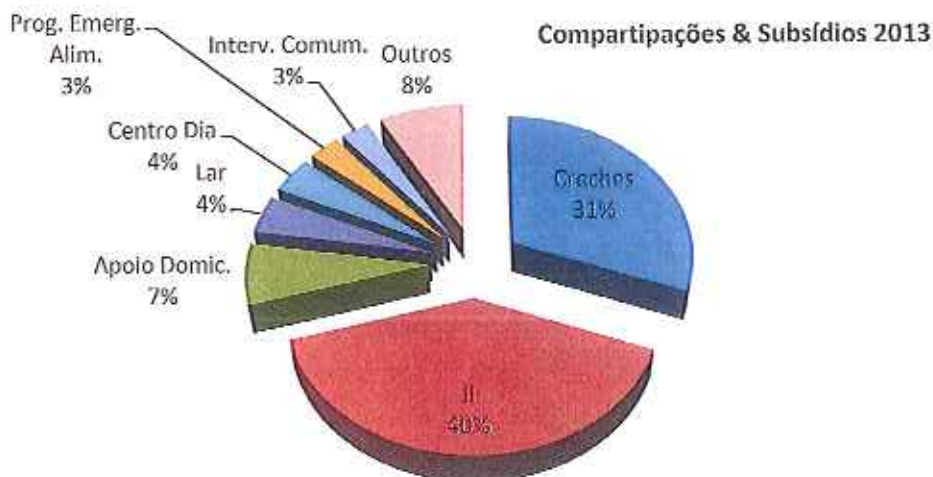
Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mu', 'ae', 'Glefas', and 'leif'.

De um ponto de vista do destino das compartições e subsídios, observa-se uma tendência semelhante à observada com as prestações de serviços. A infância representa o destino de cerca de 68% dos apoios recebidos, seguidos pela terceira idade com 15% divididos por Lar, Centro de Dia e Apoio domiciliário. Destaca-se aqui o Programa Emergência Alimentar uma vez que é a contrapartida dos gastos associados a este projeto.

Comparticipações & Subsídios 2014



Em 2013, a composição apresentava-se muito semelhante:



M.
ae
Leop
uf

OUTROS RENDIMENTOS & GANHOS

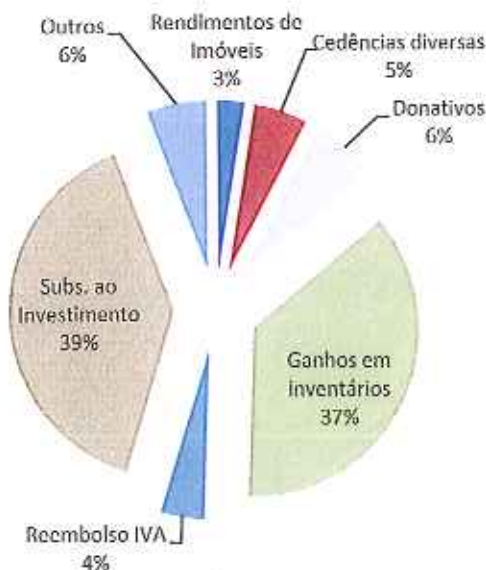
A conta de Outros Rendimentos e Ganhos representa, como vimos, cerca de 8% do total dos rendimentos da Misericórdia e é composta por proveitos de diferentes naturezas. O quadro seguinte demonstra as origens dos rendimentos.

OUTROS RENDIMENTOS & GANHOS	
Rendimentos de Imóveis	16 512,00
Cedências diversas	33 252,53
Donativos	39 439,43
Ganhos em inventários	233 908,57
Reembolso IVA	26 745,72
Subs. ao Investimento	251 756,33
Outros	36 750,00
Total	638 364,58

Destacam-se duas componentes: os subsídios ao investimento e os ganhos em inventários. A primeira diz respeito ao reconhecimento contabilístico de apoios concedidos à SCMM para investimento em imobilizado. São exemplos os subsídios para as obras do Lar de Milheirós ou a Creche em Ponte de Moreira, assim como os apoios para aquisição de equipamento que ainda se encontra a ser depreciado, como é o caso do equipamento adquirido pelo projeto CLDS. Quanto aos ganhos em inventários, está relacionado com os donativos recebidos do Banco Alimentar. É importante referir que os bens do Banco Alimentar recebidos pela SCMM são entregues às famílias, sendo que nesta rubrica se reconhece contabilisticamente a entrada. A saída dos mesmos para as famílias é contabilizada, por contrapartida, enquanto custo, como se verá mais à frente. Os movimentos acabam por não ter efeito no resultado uma vez que se anulam mas influenciam com algum significado as rubricas correspondentes.

mu.
7
ac
claus
8
14

De seguida ilustra-se o peso relativo de cada uma das componentes desta rubrica:



Comparativamente a 2013, o quadro seguinte revela as variações observadas:

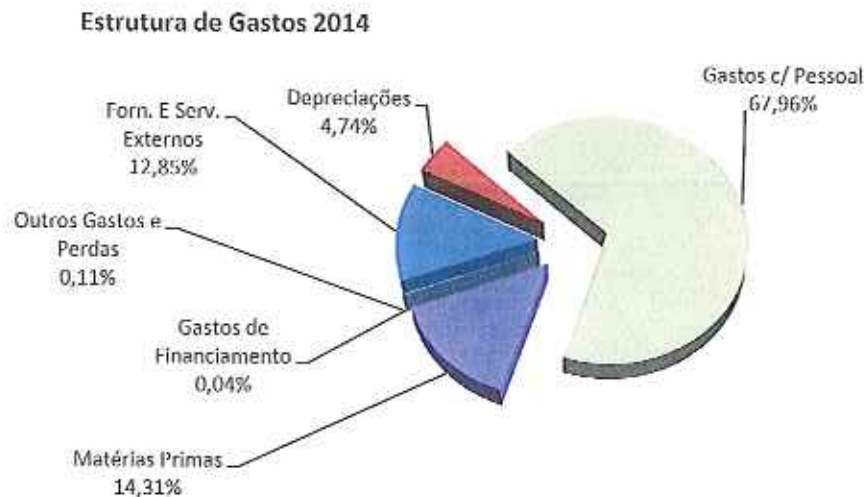
OUTROS RENDIMENTOS & GANHOS		
	2014	2013
Rendimentos de Imóveis	16 512,00	21 094,00
Cedências diversas	33 252,53	23 972,17
Donativos	39 439,43	61 196,90
Ganhos em inventários	233 908,57	237 202,94
Reembolso IVA	26 745,72	11 688,61
Subs. ao Investimento	251 756,33	284 203,29
Outros	36 750,00	29 078,89
Total	638 364,68	668 436,80

Verifica-se uma diminuição do montante de subsídios ao investimento que se justifica pelo facto de haver apoios que foram já totalmente reconhecidos até 31/12 de 2013. Nota também para uma diminuição relevante do valor dos donativos recebidos.



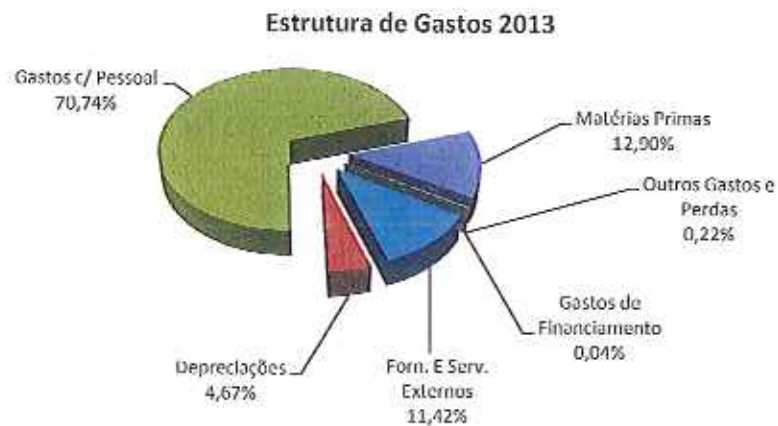
OS GASTOS

Do ponto de vista dos gastos e da sua estrutura não se observaram alterações significativas, mantendo-se uma composição em tudo semelhante à de anos anteriores.



Os gastos com pessoal continuam a ser naturalmente a maior fatia dos gastos representando quase 68% do total dos encargos da SCMM. Neste exercício de 2014 esta rubrica viu o seu peso relativo diminuir uma vez que outras componentes verificaram um crescimento superior tornando-se assim mais relevantes na estrutura.

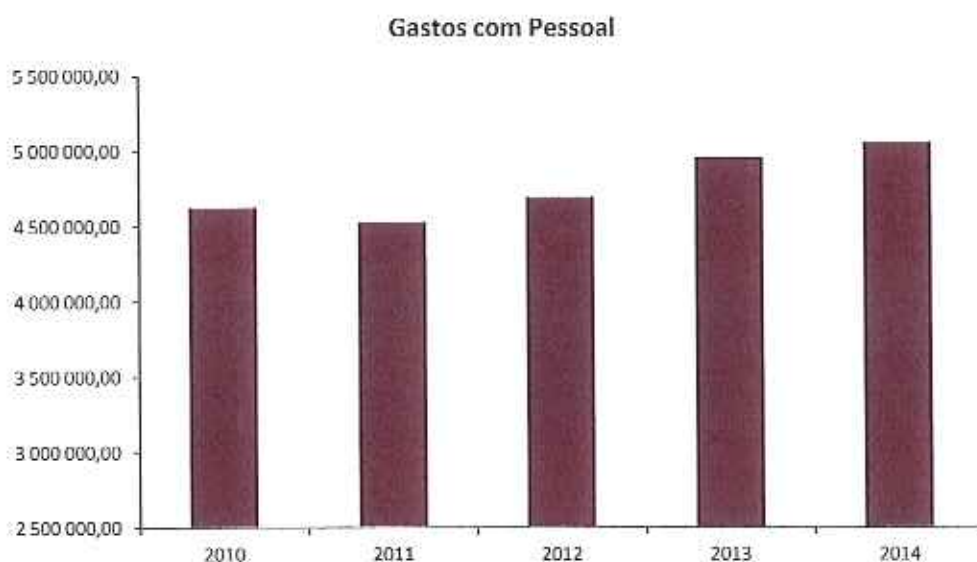
Comparativamente a 2013, observa-se um crescimento das matérias primas (géneros alimentares, material clínico, etc), assim como dos fornecimentos e serviços externos onde incluem gastos com serviços especializados, comunicações, eletricidade, seguros, etc.



mu
ae
João
ref

GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, para além de serem o principal encargo da SCMM, como já vimos, é também uma classe de custo por natureza pouco flexível pois são um encargo fixo. Tem apresentado uma tendência de crescimento ao longo do tempo e o ano de 2014 não foi exceção. Não por motivos de aumentos salariais mas sobretudo devido ao aumento de pessoal, consequência de novas necessidades (Creche de Santa Luzia por exemplo).



Comparativamente a 2013, os gastos com pessoal aumentaram cerca de 2,10%.

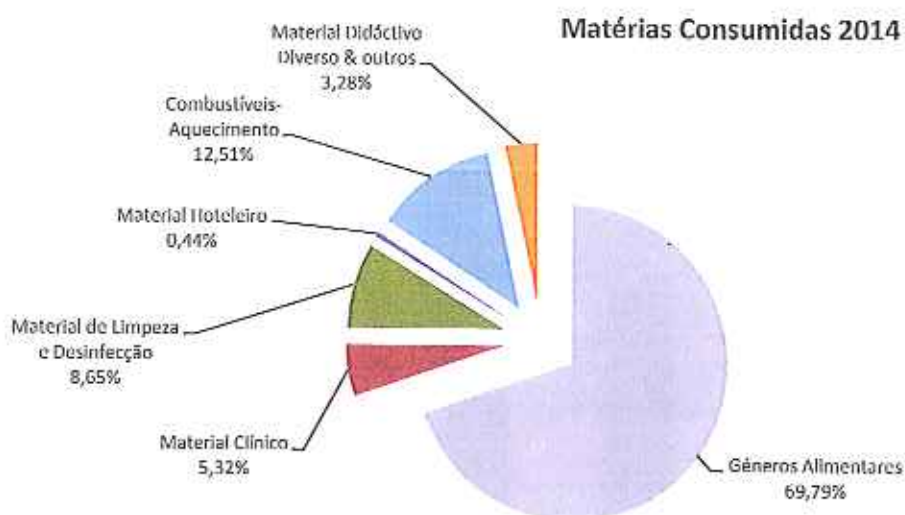
O quadro seguinte revela os valores totais de gastos com pessoal ao longo dos últimos anos. Aqui incluem-se as remunerações pagas ao pessoal, os encargos sociais (segurança social), os seguros de acidentes de trabalho e gastos com formação do pessoal, entre outras de menor relevância.

2010	2011	2012	2013	2014
4 625 656,16	4 531 950,95	4 698 274,65	4 953 891,86	5 058 090,38

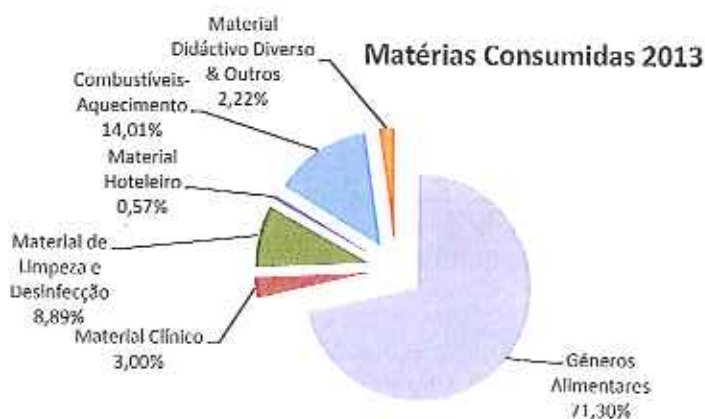


CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Constituindo-se como a segunda componente dos gastos da SCMM, diz respeito às matérias que são utilizadas no dia-a-dia da atividade: géneros alimentares para as creches, infantários, centros de dia e Lares, material clínico, material de limpeza e desinfeção, combustíveis de aquecimento, entre outras matérias com menos relevância. No gráfico seguinte pode observar-se como se dividem as classes que a compõem, salientando-se os quase 70% que representam os géneros alimentares.



É importante referir que os bens alimentares que são oferecidos pelo Banco Alimentar (já mencionados do lado dos rendimentos) tem aqui reconhecido o respetivo gasto quando são entregues às famílias. Pese embora inflacione esta rubrica, acaba por não ser um verdadeiro encargo para a SCMM, uma vez que tem a respetiva contrapartida dos lado dos proveitos. Estes bens significam quase 27% do total dos géneros alimentares.

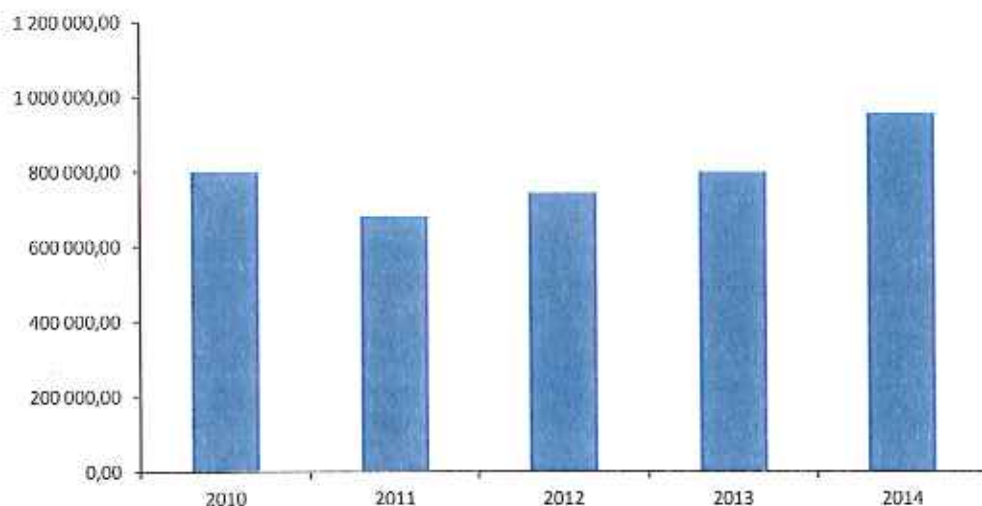


Handwritten signatures and initials in blue ink.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Assumindo-se como a terceira rubrica de maior peso nos gastos totais da Misericórdia, logo atrás dos gastos com matérias, esta rubrica inclui uma grande diversidade de gastos associados à atividade operacional da SCMM. São exemplos os serviços técnicos especializados, as comunicações, os gastos com energias, seguros, honorários de pessoal externo, encargos com a conservação e manutenção de bens e edifícios, encargos com utentes, entre outros.

Fornecimentos e Serviços Externos

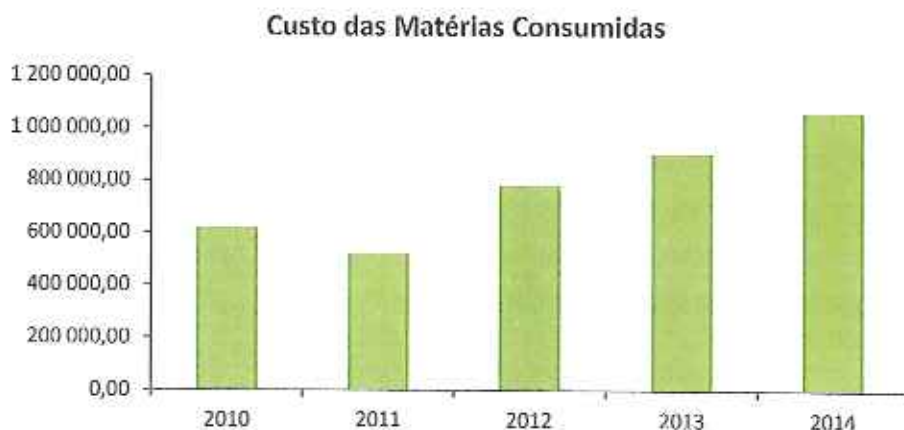


Em 2014 esta rubrica observou um incremento com algum significado, variando em quase 20% face ao exercício de 2013. Esta variação está muito relacionada com as despesas de conservação e reparação, uma vez que em 2014 se efetuaram diversas reparações e manutenções de edifícios, e equipamentos, justificando cerca de 70% da variação dos FSE. A destacar também o aumento dos gastos com eletricidade (13%). O quadro seguinte apresenta a evolução dos FSE ao longo dos últimos anos:

2010	2011	2012	2013	2014
801 743,97	680 552,96	744 329,40	799 951,40	956 314,84

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M.', 'Jae', and 'S. Lopes'.

No gráfico seguinte é possível observar a evolução da rubrica nos últimos anos:



OUTROS GASTOS & OUTROS RENDIMENTOS

Os Outros Gastos têm um peso relativo muito reduzido na estrutura da Misericórdia sendo que a maioria dos gastos dizem respeito à normal atividade da Instituição. São gastos relacionados com impostos, taxas, donativos da SCMM, multas, quebras, etc. Salienta-se que esta rubrica significa apenas 0,11% do total dos gastos, não tendo qualquer expressão.

Temos também os rendimentos e as perdas de cariz financeiro. Uma vez que não existem financiamentos bancários, o saldo financeiro é bastante positivo. Os ganhos dizem respeito sobretudo a juros de depósitos a prazo e as despesas estão relacionadas com serviços bancários e que também não têm qualquer peso na estrutura.

De referir também a reversão de uma provisão de 110.000,00 euros que influencia positivamente o resultado.

*Lu**
7
ac
de
obras
de
te

CÔMPUTO GLOBAL E POSIÇÃO PATRIMONIAL

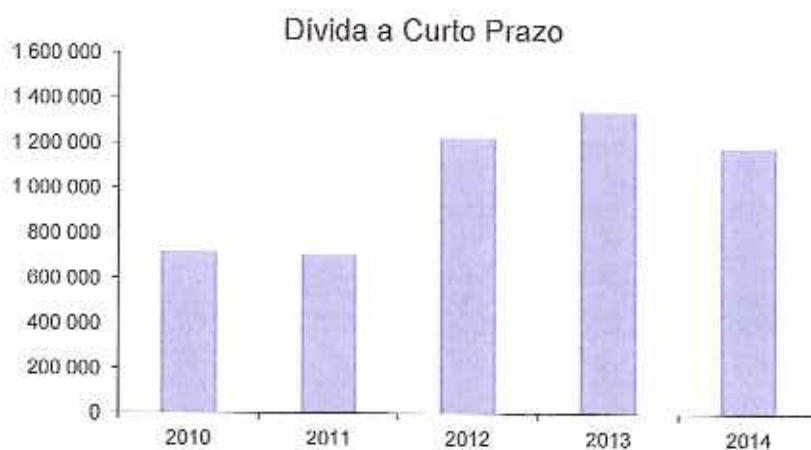
Handwritten signatures and initials:
mu-
D
Jae
J. Lopes
S
Lef

DÍVIDAS A TERCEIROS

DÍVIDAS A TERCEIROS		2009	2010	2011	2012	2013	2014
Médio e Longo Prazo							
Instituições de Crédito		0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas		0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0

DÍVIDAS A TERCEIROS		2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curto Prazo							
Instituições de Crédito		0	0	0	0	0	0
Fornecedores c/c		60 405	70 593	56 779	77 517	78 898	88 132
Sector Público Administ		185 265	187 256	190 392	195 617	208 931	228 424
Outros Credores		340 651	462 314	459 039	951 730	1 052 602	863 318
		586 321	720 163	706 210	1 224 864	1 340 432	1 179 874

Total dívidas a terceiros	586 321	720 163	706 210	1 224 864	1 340 432	1 179 874
---------------------------	---------	---------	---------	-----------	-----------	-----------

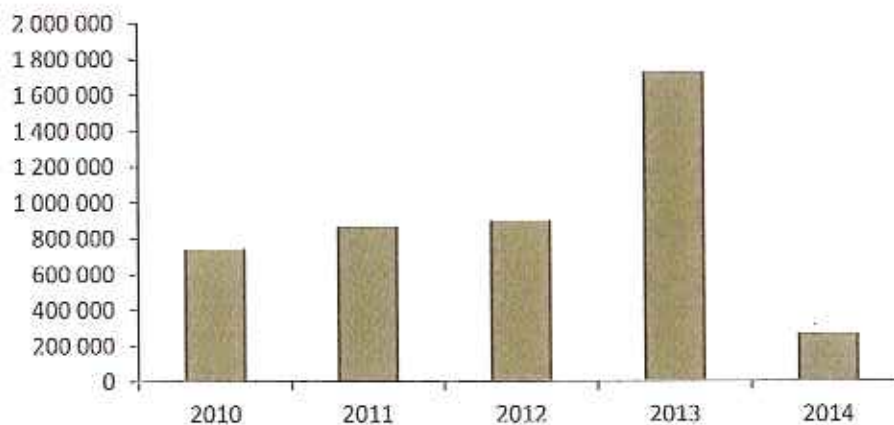


Handwritten signatures and initials in blue ink.

VARIAÇÃO DO ATIVO FIXO

Variação do ativo fixo (bruto)	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	26 100
Edifícios e outras construções	32 533	99 055	24 669	67 579	1 808 566	985 957
Equipamento básico	13 696	31 858	48 424	101 006	16 321	69 032
Equipamento de transporte	32 995	59 786	7 000	46 207	19 720	68 698
Ferramentas e utensílios	1 376	13 228	388	3 776	959	0
Equipamento administrativos	55 147	19 559	14 195	14 210	3 202	29 118,27
Outras Imobilizações	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	393 149	517 014	768 444	664 016	-127 591	-911 729
	528 896	740 500	863 120	896 794	1 721 177	267 176

Variação do Ativo Fixo (bruto)



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'mu' and several illegible signatures.

O BALANÇO

A 31 de Dezembro de 2014 a situação patrimonial da SCMM apresenta-se muito similar à do ano anterior, não havendo variações a salientar.

O Passivo apresenta-se menor e apenas com saldos de curto prazo, ou seja, são montantes que se encontram a pagamento no final de 2014.

RÁCIOS FINANCEIROS		
	Ano 2014	Ano 2013
Autonomia Financeira	0,88	0,87
Grau Dependência	0,12	0,13
Solvabilidade	7,06	6,49

Da análise aos principais rácios financeiros que não apresentam variações significativas, pode afirmar-se que a autonomia financeira da Santa Casa melhorou ligeiramente.

O rácio de solvabilidade revela também uma evolução positiva dado que o Passivo da Misericórdia tem um montante bastante inferior ao activo e aos capitais próprios. Por esse motivo a SCMM não apresenta necessidades de financiamento externos tendo perfeita capacidade de autofinanciamento.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. Lopes', 'Lu.', and 'ac'.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

Da informação constante do presente relatório transparece que os gastos têm sofrido um crescimento relevante, sendo que os rendimentos têm aumentado com menos intensidade, tendo como consequência uma diminuição dos resultados que tem sido recorrente ao longo dos últimos anos. Não obstante esta situação, os resultados continuam positivos e a situação económica e financeira continua coesa. Para além disso, este ano de 2014 foi marcado por relevantes despesas de conservação e trabalhos semelhantes, influenciando os resultados negativamente.

Assim, espera-se que a situação da SCMM continue sólida, podendo olhar para o futuro com otimismo.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício, positivo no valor de 131.197,61 euros, será transferido para a conta de "Resultados Transitados".

Ju.
ae
João
cel

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO

EUR

Factor:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

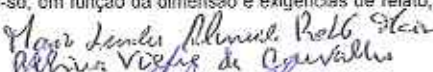
1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS			
		31 DEZ	EX 2014	31 DEZ	EX 2013
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis		9 933 059,81		10 013 236,83	
Propriedades de investimento		238 936,08		238 936,08	
Goodwill		0,00		0,00	
Activos intangíveis		87,58		175,14	
Activos biológicos		0,00		0,00	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00		0,00	
Participações financeiras - outros métodos		0,00		0,00	
Accionistas/sócios		0,00		0,00	
Outros activos financeiros		1 491,40		150,43	
Activos por impostos diferidos		0,00		0,00	
		10 173 574,87		10 252 498,48	
Activo corrente					
Inventários		3 753,94		29 613,98	
Activos biológicos		0,00		0,00	
Clientes		11 843,24		9 977,53	
Adiantamentos a fornecedores		0,00		0,00	
Estado e outros entes públicos		0,00		0,00	
Accionistas/sócios		0,00		0,00	
Outras contas a receber		177 051,18		257 207,11	
Diferimentos		30 154,75		15 593,41	
Activos financeiros detidos para negociação		60 012,74		158 480,69	
Outros activos financeiros		0,00		0,00	
Activos não correntes detidos para venda		0,00		0,00	
Caixa e depósitos bancários		2 761 775,53		2 714 032,59	
		3 044 591,38		3 184 905,31	
Total do activo		13 218 166,25		13 437 403,79	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital realizado		3 289 089,85		3 289 089,85	
Acções (quotas) próprias		0,00		0,00	
Outros instrumentos de capital próprio		0,00		0,00	
Prémios de emissão		0,00		0,00	
Reservas legais		0,00		0,00	
Outras reservas		0,00		0,00	
Resultados transitados		5 747 571,65		5 533 729,76	
Ajustamento em activos financeiros		0,00		0,00	
Excedentes de revalorização		0,00		0,00	
Outras variações de capital próprio		2 411 006,99		2 607 283,58	
Resultado líquido do período		131 197,81		213 841,89	
Dividendos antecipados		0,00		0,00	
Interesses minoritários		0,00		0,00	
Total do capital próprio		11 578 868,10		11 643 945,08	
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões		0,00		110 000,00	
Financiamentos obtidos		0,00		0,00	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00		0,00	
Passivos por impostos diferidos		0,00		0,00	
Outras contas a pagar		0,00		0,00	
		0,00		110 000,00	
Passivo corrente					
Fornecedores		88 132,41		78 898,02	
Adiantamento de clientes		0,00		0,00	
Estado e outros entes públicos		228 424,14		208 931,27	
Accionistas/sócios		0,00		0,00	
Financiamentos obtidos		0,00		0,00	
Outras contas a pagar		1 040 368,82		1 052 602,45	
Diferimentos		282 374,78		343 026,87	
Passivos financeiros detidos por negociação		0,00		0,00	
Outros passivos financeiros		0,00		0,00	
Passivos não correntes detidos para venda		0,00		0,00	
		1 639 300,15		1 683 458,71	
Total do passivo		1 639 300,15		1 793 458,71	
Total do capital próprio e do passivo		13 218 166,25		13 437 403,79	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Mesa Regedora

O Técnico Oficial de Contas


 Maria Viegas de Carvalho


 António José de Oliveira


 António José de Oliveira


 António José de Oliveira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO C 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2014	EX 2013
Vendas e serviços prestados	14	2 278 024,44	2 264 722,16
Subsídios à exploração	10	4 496 962,47	4 222 546,54
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1 064 696,05	-903 264,32
Fornecimentos e serviços externos	13	-956 344,84	-799 951,40
Gastos com o pessoal	12	-5 058 090,38	-4 953 891,86
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	110 000,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	669,87
Outros rendimentos e ganhos	26	638 364,58	668 436,80
Outros gastos e perdas	25	-10 913,90	-18 338,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		433 306,32	480 929,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-352 722,59	-327 109,94
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		80 583,73	153 819,08
Juros e rendimentos similares obtidos	24	50 613,88	60 022,81
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		131 197,61	213 841,89
Impostos sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		131 197,61	213 841,89

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Mesa Regedora Maia Lencar, G. M. M. S. M. O Técnico Oficial de Contas Natalia

Maria R. Lopes
 David Pontel
 Altrina, Maria de Carvalho
 Miguel José Monteiro dos Santos
 [Assinatura]
 [Assinatura]

Luís
de
Alves
de



IRMANDADE DA SANTA CASA DA
misericórdia
maia

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Montantes expressos em Euros)

Lu. Pae
Scopes
61

ÍNDICE

1.	Identificação da entidade	53
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	53
3.	Principais políticas contabilísticas.....	54
4.	Fluxos de caixa	56
5.	Partes relacionadas	57
6.	Ativos fixos tangíveis.....	57
7.	Propriedades de Investimento	59
8.	Investimentos em Curso	60
9.	Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	60
10.	Subsídios do Governo e apoios do Governo	60
11.	Provisões.....	61
12.	Gastos com Pessoal	62
13.	Fornecimentos e Serviços Externos	66
14.	Rédito	67
15.	Clientes	68
16.	Estado e Outros Entes Públicos	68
17.	Diferimentos	68
18.	Capital	69
19.	Resultados Transitados	69
20.	Outras Variações no Capital Próprio	69
21.	Fornecedores	69
22.	Outras Contas a Pagar e a Receber.....	70
23.	Juros e Gastos financeiros suportados.....	71
24.	Juros e Ganhos financeiros obtidos.....	71
25.	Outros Gastos e Perdas.....	71
26.	Outros Rendimentos e Ganhos.....	72
27.	Outras divulgações exigidas por diploma legal	72
28.	Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício	72
29.	Aprovação das Demonstrações Financeiras	72

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ju', 'ae', 'Elopes', and 'ef'.

1. Identificação da entidade

EXERCÍCIO DE 2014

INTRODUÇÃO

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Maia, também designada Santa Casa da Misericórdia da Maia, ou simplesmente Misericórdia da Maia, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica Canónica em 1954, com sede na Avenida Visconde Barreiros, na Freguesia da Maia, Concelho da Maia, e que tem como objetivo satisfazer carências sociais e a prática de atos de culto católico.

A atividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas:

- Assuntos sociais e de apoio social;
- Ensino e formação profissional;
- Cultura e culto;
- Bem-estar e ambiente;
- Gestão do património.

As receitas mais significativas são obtidas das áreas de apoio social bem como as resultantes de donativos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício findo a 31 de dezembro de 2014 foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNC-ESNL.

2.2. Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória:

Durante o exercício de 2012 a Santa Casa da Misericórdia da Maia passou a utilizar o SNC-ESNL tendo reexpresso as demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de dezembro de 2011 para este normativo para efeitos de comparabilidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mu.', 'F. ae.', 'R. Gomes', and 'LJ'.

Na sequência da transição, os subsídios ao investimento, reconhecidos como proveitos diferidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, anteriormente em vigor, passaram a ser reconhecidos numa rubrica de Capital Próprio.

Adicionalmente os imóveis da Santa Casa da Misericórdia da Maia, arrendados a terceiros, passaram a ser reconhecidos como propriedades de investimento.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

a) Ativos fixos tangíveis:

Os bens dos ativos fixos, recebidos por herança, doação ou adquiridos até 1 de Janeiro de 1990, encontram-se registados pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data estão contabilizados pelo respetivo custo histórico.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de Janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definido no Decreto Regulamentar nº2/90, de 12 de janeiro.

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

Os ativos adquiridos após 1 de janeiro de 2012 são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, tal como definido, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

b) Investimentos Financeiros:

As participações de capital, quotas sociais, ações e outras aplicações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das perdas de imparidade para que o valor contabilístico, ou seja, o valor nominal se aproxime do valor de mercado.

c) Propriedades de investimento:

A Misericórdia da Maia, derogou a NCRF-ESNL aplicando supletivamente o Sistema de Normalização Contabilístico relativamente à norma das propriedades de investimento, por ser entendimento de que desta forma as demonstrações financeiras apresentam de melhor forma a imagem da entidade e das suas operações.

Foi aplicado o modelo do custo na mensuração inicial, e, nas mensurações subsequentes o mesmo modelo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas, definidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de janeiro para propriedades de investimento adquiridas entre 1 de janeiro de 1989 e 31 de

M. J. ac
Lopes
LCP

dezembro do 2011, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Para as aquisições posteriores as taxas de depreciação utilizadas são as constantes, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

O justo valor das propriedades de investimento não é aqui divulgado por não se ter ainda promovido a avaliação dos imóveis da Misericórdia da Maia

d) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Santa Casa da Misericórdia da Maia irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

e) Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Lu.
João
Edes
S
U

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Santa Casa da Misericórdia da Maia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;

Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa da Misericórdia da Maia e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas a destacar.

4. Fluxos de caixa

4.1. Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

O valor 465.526,70€ do saldo de caixa e seus equivalentes, à data de 31/12/2014, encontra-se totalmente disponível para uso, está integralmente constituído sob a forma de caixa, depósito bancário à ordem e outras aplicações.

O valor de 2.356.261,57€ não se encontra totalmente disponível para uso dado que se encontra sob a forma de depósitos a prazo.

Ju.
cc
Leges
ED

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de disponibilidades decompunha-se como se segue:

	Ex. 2013	Ex. 2014
Caixa	2 652,11	3 825,68
Depósitos à ordem	510 613,46	461 701,02
Outros depósitos bancários	2 200 767,02	2 296 248,83
Outras instrumentos financeiros	158 480,69	60 012,74
Total	2 872 513,28	2 821 788,27

5. Partes relacionadas

5.1. Participação da Santa Casa da Misericórdia da Maia no capital de outra sociedade

A Instituição possui uma participação no capital da Santa Casa da Misericórdia da Maia HOSPITAL DO LIDADOR, S.A. no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros) euros de um total de 50.000,00 (cinquenta mil euros), correspondendo a uma participação de 10% (dez por cento). Esta sociedade encontra-se em fase de liquidação

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Divulgações gerais

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 1990 baseou-se numa avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo de aquisição.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de Janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definidos no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro. As depreciações dos ativos fixos adquiridos posteriormente a 31 de dezembro de 2011 foram calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.



6.2. Valorização das várias classes

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Início do período	Valor bruto escriturado	317 726,57	12 771 542,71	1 318 991,41	736 529,51	581 757,05	31 558,83	178 776,80	15 936 882,88
	Deprec. Acumul. + Perdas p/ imp.	0,00	4 755 316,84	1 129 434,36	675 072,78	576 248,03	27 388,15	153 809,96	7 317 270,12
Período	Aquisições	26 100,00	985 957,18	69 032,00	71 293,00	29 118,27	0,00	0,00	1 181 500,45
	Alienações	0,00	0,00	0,00	2 594,97	0,00	0,00	0,00	2 594,97
	Depreciação do período	0,00	250 346,14	40 479,59	45 552,15	15 089,13	1 168,02	0,00	352 635,03
	Outras alterações	0,00	0,00	0,00	2 594,97	0,00	0,00	0,00	2 594,97
Fim do período	Valor bruto escriturado	343 826,57	13 757 499,89	1 388 023,41	807 822,51	610 875,32	31 558,83	178 776,80	17 118 383,33
	Deprec. Acumul. + Perdas p/ imp.	0,00	5 005 662,98	1 169 913,95	720 624,93	591 337,16	28 556,17	153 809,96	7 669 905,15
Total		343 826,57	8 751 836,91	218 109,46	87 197,58	19 538,16	3 002,66	24 966,84	9 448 478,18

6.3. Ativos fixos tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados

Foi reconhecido nos resultados um valor de depreciações de 352.722,59 (trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e vinte e dois euros e cinquenta e nove cêntimos).

6.4. Ativos fixos tangíveis - Depreciação acumulada no final do período

No final do período, as depreciações acumuladas de ativos fixos tangíveis ascenderam a 7.669.905,15€ (sete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinco euros e quinze cêntimos).

Handwritten signatures and initials in blue ink.

7. Propriedades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2014 as propriedades de investimento decompunham-se como se segue:

		Edifícios
Início do período	Valor bruto escriturado	314 002,09
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade	75 066,01
	Aquisições	0,00
	Alienações	0,00
	Ativos classificados como detidos p/ venda	0,00
Período	Depreciação do período	0,00
	Perdas por Imparidade	0,00
	Revalorizações	0,00
	Outras alterações	0,00
Fim do período	Valor bruto escriturado	314 002,09
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade	75 066,01
Total		<u>238 936,08</u>

Lu
ac
Shopes 1
Leid

8. Investimentos em Curso

Em 31 de dezembro de 2014 os investimentos em curso decompunham-se como se segue:

	Ex. 2013	Ex. 2014
Projeto: PARES III – Ponte de Moreira	940 844,03	0,00
Unidade Cuidados Continuados	177 239,18	177 239,18
Outros Equipamentos	275 540,86	307 342,45
Total	1 393 624,07	484 581,63

9. Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Em 31 de dezembro de 2014 o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, decompunha-se como se segue:

	Ex. 2014
Existência Inicial	29 613,98
Compras	1 038 836,01
Reclassificação e Regularização	0,00
Inventário Final	3 753,94
Total	1 064 696,05

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

As participações do Centro Regional de Segurança Social do Porto, estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidas de acordo com o número de utentes dos serviços participados por esta entidade.

Luís
João Lopes
Leif

	Ex. 2013	Ex. 2014
Infância e Juventude	3 060 513,98	3 178 655,30
Família e Comunidade	147 737,04	150 615,56
Terceira Idade	657 736,95	669 687,84
IEFP	81 159,62	146 593,74
Projecto Escolhas	33 491,84	37 623,73
Outros	241 907,11	313 786,30
Total	4 222 546,54	4 496 962,47

11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões no exercício findo em 2014 como segue:

	2014					Saldo final
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Ajustamentos	Utilizações	
Impostos						0,00
Garantias a clientes						0,00
Processos judiciais em curso	110 000,00	0,00	110 000,00	0,00	0,00	0,00
Ac. trabalho e doenças profissionais						0,00
Contratos onerosos						0,00
Reestruturações						0,00
Desmantelamento						0,00
Outras provisões						0,00
Total	110 000,00	0,00	110 000,00	0,00	0,00	0,00

O montante registado na rubrica "Provisões", constituído em 2012 e revertido em 2014, era resultante de um processo judicial que foi concluído favoravelmente à Misericórdia durante o exercício 2014.

Handwritten notes and signatures:
7
ae
[Signature]
[Signature]
[Signature]

12. Gastos com Pessoal

12.1. Valores gastos

O valor total desta rubrica totaliza 5.058.090,38€, repartido da seguinte forma:

	Ex. 2013	Ex. 2014
Remunerações Certas	3 898 408,08	3 916 752,97
Remunerações Adicionais	167 305,19	230 268,69
Encargos s/remunerações	828 436,40	853 826,93
Seguro Ac Trabalho	27 069,16	35 208,34
Outros gastos	32 673,03	22 033,45
Total	4 953 891,86	5 058 090,38

12.2. Pessoal ao serviço da Instituição

Na sede:

Categoria	Nº de Funcionários
Escriturárias	6+1*
Consultor Jurídico	1
Motorista	2+1**
Ajudante Motorista	1
Prestador de Serviços	1**
Serviços Gerais	1

* Tempo Parcial

** Prestação de Serviços

Lu. ae.
João
Luiz

No Projeto (Re) Criar, cujo início data do 01/05/2012:

Categoria	Nº de Funcionários
Coordenadora Técnica	1
Tec. Sup. Serviço Social	1

Na Infância e Juventude

INFANTÁRIOS	Educadora de Infância	Ajud. Acção Educativa	Cozinheira	Ajudante de Cozinha	Roupeira	Serviços Gerais	Escriturária	Motorista	Monitor
Centro de Anim. Inf. Vermolm	6	11	1	1	1	3	1	-	1+1**
Infantário da Guarda	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Gondim	4	5	1	1	-	1	-	-	-
Infantário de Nogueira	6	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Calassol	5	9	1	1	1	2	-	-	-
Infantário de S. Pedro Fins	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Crestins	5	10	1	1	1	1	-	-	-
Infantário de Pedrouços	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Águas Santas	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de St Mª do Avioso	5	9	1	1	1	2	1	-	-
Infantário de Águas Santas II	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Milheirós	5	9	1	1	1	1	-	-	-
Creche St. Luzia	4	7	1	1	-	2	-	-	-

* Tempo Parcial

** Prestação de serviços

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Na Terceira Idade:

TERCEIRA IDADE	Educadora Social	Gerontólogo	Técnica Superior Serviço Social	Animador Cultural	Ajudante Lar / Centro Dia	Aj. Familiar	Roupeira	Cozinheira	Cozinheira	Aj. Cozinha	Motorista	Serviços Gerais	Psicomotricista	Escriturária	Encarregada Sector	Assist. Administrativo
Centro Social de Milheirós	1	-	1*	1	8	6	-	1	1	3	1	3	-	-	-	1
Centro de Dia de Pedrouços	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Centro de Dia de Crestins	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Centro Social da Guarda	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Lar Prof. José Vieira de Carvalho	-	1	1	1	21	10	6	2	2	7	1	6	1	1+1*	1	-
Centro Dia Silva Escura	1	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-
Centro de Dia Sta M. Avioso	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Tempo Parcial

Na equipa de Intervenção Comunitária:

Categoria	Nº de Funcionários
Técnica Superior Serviço Social	1
Sociólogo	1+1**
Animador Cultural	1
Monitor	3
Ajudante Ocupação	2
Escriturária	1
Cozinheira	3
Aj. Cozinha	2
Serviços Gerais	4
Aj. Familiar / Domicil.	3
Ajudante Acção Educativa	1
Roupeira	1

* Tempo Parcial

Lu.
7.00
Lopes
16/4

Na Equipa de Rendimento Social de Inserção

Categoria	Nº de Funcionários
Téc. Superior Serviço Social	1
Educadora Social	1
Psicóloga	2
Aj. Acção Directa	2

12.3. Número médio de Utentes

INFÂNCIA / JUVENTUDE	N.º Médio de Utentes
Centro Animação Infância de Vermoim	156
Infantário da Guarda	100
Infantário de Gondim	70
Infantário de Nogueira	107
Infantário de Catassol	111
Infantário de S. Pedro Fins	88
Infantário de Crestins	112
Infantário de Pedrouços	105
Infantário de Águas Santas I	103
Infantário de Sta Mª de Avloso	107
Infantário de Águas Santas II	92
Infantário de Milheirós	103
Transporte de Deficientes	18
Creche Stª Luzia	68

Lu
João
João
Lu

Terceira Idade	N.º Médio de Utentes
Centro Dia	173
Apoio Domiciliário	133
Lar	66

Centros Comunitários	N.º Médio de Utentes
Vila Nova da Telha	1 780
Sobreiro	1 519

13. Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica neste exercício é de 956.344,84 repartido da seguinte forma:

	Ex. 2013	Ex. 2014
Conservação e reparação	170 384,67	282 814,14
Eletricidade	136 874,86	155 254,86
Trabalhos Especializados	73 823,87	63 159,41
Honorários	64 901,08	75 374,39
Combustíveis	81 426,99	50 719,67
Rendas e alugueres	46 449,24	45 615,60
Comunicação	40 125,00	46 800,89
Encargos com utentes	47 613,96	45 932,30
Seguros	30 198,06	32 588,57
Vigilância e Segurança	7 275,95	10 073,12
Água	17 400,44	21 200,82
Limpeza, Higiene e Conforto	11 547,94	20 785,58
Material de escritório	11 779,17	21 048,71
Ferramentas e Utensílios	21 879,13	32 704,23
Artigos para oferta	9 885,67	8 565,07
Deslocações (portagens, almoços, praia)	3 071,32	2 438,38
Publicidade	4 193,78	9 538,14
Condomínio	548,44	675,76
Outros Flúidos	3 159,18	79,82
Contenciosos e notariado	66,52	757,71
Outros	17 346,13	30 217,67
Total	799 951,40	956 344,84

Lopes

M. de



14. Rédito

14.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

14.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Venda de bens: 0,00 euros

Prestação de serviços: 2.278.024,44 Euros

Juros: 50.613,88 Euros

No quadro seguinte detalha-se a prestação de serviços durante 2014:

	Ex. 2013	Ex. 2014
Creches	465 663,10	471 759,97
Jardim Infância	715 990,31	689 588,87
ATI	37 803,65	32 663,75
Lares	643 150,71	671 743,32
Centros Dia	255 278,92	257 587,79
Apoio domiciliário	129 007,98	132 194,13
Quotizações	10 230,00	8 600,00
Serviços Sociais	6 718,84	11 136,86
Outros	878,65	2 749,75
Total	2 264 722,16	2 278 024,44

Handwritten notes and signatures:
- Top right: *af/ps*
- Middle right: *Mu.*
- Bottom right: *ac* and *cel* with a signature.

15. Clientes

A rubrica de clientes constante do Ativo, com um saldo devedor de 11.843,24 (onze mil oitocentos e quarenta e três euros e vinte e quatro cêntimos) diz respeito a valores de mensalidades não pagas pelos utentes nas várias valências até 31 de dezembro de 2014.

16. Estado e Outros Entes Públicos

A 31/12/2014 os saldos credores referentes à rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» constantes do Passivo dizem respeito a:

	Ex. 2013	Ex. 2014
IRS Dependentes	40 853,00	45 425,00
IRS Independente	1 313,04	637,11
Contribuição da Segurança Social	163 602,72	179 185,61
Sobretaxa	3 162,51	3 176,42
Total	208 931,27	228 424,14

17. Diferimentos

A rubrica de diferimentos apresenta a 31/12/2014 um saldo devedor no valor de 30.154,75€ (trinta mil cento e cinquenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos), constante do Ativo, que corresponde sobretudo ao diferimento de gastos associados a seguros (17.022,16€) entre outros gastos de menor valor que serão reconhecidos no exercício seguinte.

O valor registado a crédito, no valor de 282.374,78€ (duzentos e oitenta e dois mil, trezentos e setenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos), corresponde a:

	Ex. 2013	Ex. 2014
Subsídios à exploração	141 962,16	104 338,43
Contrato alojamento Utente	75 000,00	74 953,61
Outros Rendimentos	126 064,81	103 082,74
Total	343 026,97	282 374,78

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Luís' and other illegible signatures.

O valor de 94.606,25 euros, em outros rendimentos, diz respeito a pagamentos efetuados pelos utentes em 2014, mas referentes ao exercício de 2015 (86.129,76 €) e um subsídio respeitante às obras do Lar de Milheirós (8.476,49), pelo que, serão reconhecidos nesse exercício.

18. Capital

18.1. Fundo Social

O valor do Fundo Social, no valor de 3.289.089,85€ (três milhões duzentos e oitenta e nove, mil e oitenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), foi apurado em 1990, aquando da adoção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei nº 78/89 de 3 de Março, que aprovou o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social".

Assim, a Situação Patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos ativos da Instituição de acordo com os princípios contabilísticos referidos acima e do registo dos seus passivos.

19. Resultados Transitados

O valor inscrito na rubrica de «Resultados Transitados» de 5.747.571,65€ (cinco milhões setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos), respeita aos resultados positivos dos exercícios anteriores.

20. Outras Variações no Capital Próprio

20.1. Subsídios

Os subsídios atribuídos a fundo perdido à Instituição, para financiamento de Ativos Fixos Tangíveis, são registados na rubrica de outras variações de capital próprio, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis.

21. Fornecedores

O montante inscrito na rubrica do Passivo «Fornecedores» diz respeito a faturas emitidas em Dezembro, ou seja, reflete a conta corrente do fornecedores, não havendo qualquer valor que não seja de curto prazo.

J. Lopes
M. J. Almeida

22. Outras Contas a Pagar e a Receber

22.1. Outros Devedores

O montante inscrito na rubrica do ativo, no valor final de 177.051,18€ (cento e setenta e sete mil e cinquenta e um euros e dezoito cêntimos), diz respeito a:

	Devedores por Acréscimos de Rendimentos	Outros Devedores	Total
Saldo Abertura	40 283,57	216 923,54	257 207,11
Aumentos	27 710,49	0,00	27 710,49
Diminuições	40 283,57	67 582,85	107 866,42
Saldo Final	27 710,49	149 340,69	177 051,18

O valor inscrito na rubrica "Outros Devedores" refere-se a montantes a receber do projeto Pares II e III, assim como, da Camara Municipal da Maia e Projeto Escolhas.

22.2. Outros Credores

O montante inscrito na rubrica do passivo, no valor final de 1.040.368,82€, diz respeito a:

- Acréscimos de gastos (estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos –, eletricidade, comunicação: 748.025,07 €
- Outros credores: 292.343,75 €

	Fornecedores de Investimentos	Acréscimo de Gastos	Outros Credores	Total
Saldo Abertura	38 733,04	721 916,14	291 953,27	1 052 602,45
Aumentos	120 986,16	748 025,07	940,48	869 951,71
Diminuições	159 719,20	721 916,14	550,00	882 185,34
Saldo Final	0,00	748 025,07	292 343,75	1 040 368,82

Nesta rubrica, salienta-se o peso dos encargos com o pessoal resultante da necessidade de constituir uma estimativa para pagamento de férias e subsídio de férias.

Handwritten notes and signatures:
7 Gastos ac
ju.
tel

23. Juros e Gastos financeiros suportados

Durante o exercício a entidade suportou juros e gastos financeiros no montante de:

	2014
Juros Mora	132,16
Outros Gastos	2 879,58
Total	3 011,74

A rubrica de outros gastos refere-se a despesas bancárias.

24. Juros e Ganhos financeiros obtidos

Durante o 2014 a entidade obteve juros e ganhos financeiros no montante de:

	2014
Juros Obtidos Depósitos	49 141,82
Ganhos Investimentos Financeiros	1 379,90
Outros Rendimentos	92,16
Total	50 613,88

25. Outros Gastos e Perdas

Durante o exercício de 2014 esta rubrica ascendeu a:

	2014
Impostos	5 637,80
Multas e Penalidades	459,40
Outros Gastos	4 816,70
Total	10 913,90

A rubrica de outros gastos inclui sobretudo, correções relativas a exercícios anteriores e a donativos.

Socios
Ju- ae
lit

26. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante o exercício de 2014 esta rubrica ascendeu a:

	2014
Rendimentos Suplementares	107 914,63
Desconto p.p. obtidos	426,28
Ganhos inventários	233 908,57
Outros Rendimentos e ganhos	296 115,10
Total	638 364,58

Os rendimentos suplementares, acima refletidos, referem-se entre outros, a rendas de imóveis, vendas e cedências diversas e donativos.

Os ganhos em inventários, refletem alimentos recebidos do Banco Alimentar. Nesta operação a Santa Casa da Misericórdia da Maia opera como mera intermediária, uma vez que os alimentos se destinam a ser distribuídos por famílias carenciadas do Concelho.

Os outros rendimentos e ganhos são maioritariamente constituídos pela imputação de subsídios ao investimento.

27. Outras divulgações exigidas por diploma legal

27.1. Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida em mora ao Estado e Outros entes Públicos, incluindo a segurança social.

28. Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício

Após o termo do exercício económico em análise não ocorrem acontecimentos considerados relevantes que implicassem a sua divulgação.

29. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Mesa Regedora e autorizadas para emissão em 5 de março de 2015. A aprovação final fica ainda sujeita à concordância da assembleia-geral.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2014	EX 2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		2 384 073,38	2 383 117,18
Pagamentos a fornecedores		-1 781 225,59	-1 692 566,75
Pagamento a pessoal		-5 010 805,76	-4 280 928,18
Caixa gerada pelas operações		-4 407 957,99	-3 590 377,75
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		4 622 272,53	3 899 296,41
Fluxos do caixa actividades operacionais (1)		214 314,54	308 918,66
Fluxos de caixa das actividades do investimento			
Pagamento respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-283 826,62	-667 466,59
Activos intangíveis		0,00	-262,70
Investimentos financeiros		-1 340,97	-150,43
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		30 710,28	182 015,47
Juros e rendimentos similares		90 897,45	60 022,81
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		-163 559,86	-425 841,44
Fluxos do caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-3 011,74	-2 612,25
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações do financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades do financiamento (3)		-3 011,74	-2 612,25
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		47 742,94	-119 535,03
Efeito das diferenças do câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 714 032,59	2 833 567,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 761 775,53	2 714 032,59

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares do eu

A Mesa Regedora  O Técnico Oficial de Contas 



